



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Isadora Benchimol Antunes

A REBRIP como parte do movimento contra-hegemônico continental:

o caso da ALCA

Florianópolis

2021

Isadora Benchimol Antunes

A REBRIP como parte do movimento contra-hegemônico continental:

o caso da ALCA

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apresentado como requisito obrigatório parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Antunes, Isadora Benchimol

A REBRIP como parte do movimento contra-hegemônico
continental : o caso da ALCA / Isadora Benchimol Antunes ;
orientador, Daniel Ricardo Castelan, 2021.

76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Negociações Comerciais. 3.
Atores não estatais . 4. Integração Regional. I. Castelan,
Daniel Ricardo. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Isadora Benchimol Antunes

A REBRIP como parte do movimento contra-hegemônico continental: o caso da ALCA

Florianópolis, 13 de setembro de 2021

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Clarissa Franzoni Dri
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Ma. Mariana Davi Ferreira
Universidade Estadual de Campinas

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Orientador(a)

Florianópolis, 2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe e irmão por serem base e fundação. Especialmente à minha mãe, Ana Cristina, por mostrar que é possível encontrar alegria em meio às adversidades. Além do mais, o fato de você me orientar por um caminho aberto a novas concepções e com falta de verdades absolutas, me fez o que sou hoje e tem reflexo direto nas minhas principais preocupações com o mundo.

Aos camaradas que a militância política colocou no meu caminho e que a vida fez com que se tornassem grandes amigos. Com quem pude entender a necessidade da defesa dos serviços públicos e que só a luta muda a vida, por mais difícil que seja lutar às vezes. É bom compartilhar as pequenas e grandes conquistas com vocês, sem tabu.

Ao ensino superior brasileiro, que sendo público, de acesso universal e de extrema qualidade, tornou possível o meu estudo, assim como o de tantos. Mesmo que a atual cúpula política de nosso país faça de tudo para diminuir esse direito, é responsabilidade de cada um de nós a luta por mais e melhores investimentos. Educação precisa de incentivos e a universidade deve ser para todos!

Agradeço ainda à Matilda, por chegar na hora certa e acalmar mesmo sem saber. Xela, sem o teu apoio (de todas as formas que se possa imaginar) não seria possível finalizar essa etapa tão importante. Obrigada.

Por último e não menos importante, agradeço ao meu orientador, Daniel. Sem sua paciência, diálogo e compreensão acerca das consequências trazidas pelos difíceis momentos que vivemos atualmente, esta pesquisa não teria chegado até aqui. Obrigada por acreditar neste projeto.

RESUMO

Em meio a um período de forte abertura econômica, a partir da década de 1990 o continente americano tornou-se palco de diversas lutas contra o pensamento hegemônico do neoliberalismo. A proposta de criação da ALCA foi reflexo de tal cenário e também viu-se confrontada por uma articulação continental de resistência à sua implementação, que alavancou a fundação da REBRIP no Brasil. A partir dos estudos de Robert Cox e da Teoria Crítica das Relações Internacionais, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar em que medida a REBRIP e as mais diversas organizações da sociedade civil do continente americano construíram um movimento que pode ser caracterizado como contra-hegemônico. Para tanto, foi utilizado o método hipotético-dedutivo em conjunto com o método histórico, sobretudo na análise de fatos, documentos da estrutura oficial de negociação da ALCA, bem como documentos da Rede brasileira. Foi verificado que a REBRIP é resultado de novas concepções em matéria de organização dos movimentos sociais, além do próprio fervor continental formado em oposição ao pensamento hegemônico dominante. A REBRIP possui, desde sua origem, forte potencial contra-hegemônico, enquanto, ao que parece, o movimento de articulação continental como um todo adquiriu esse potencial no decorrer do processo.

Palavras-chave: REBRIP. ALCA. Hegemonia. Contra-hegemonia. Movimentos sociais. Sociedade civil.

ABSTRACT

In the midst of a period of strong economic opening, from the decade 1990s the American continent became the stage for several struggles against the hegemonic thought of neoliberalism. As a reflection of this scenario, the proposal for the creation of the FTAA emerged, which was also confronted by a continental articulation of resistance to its implementation. This, in turn, leveraged the foundation of REBRIP in Brazil. Based on the studies of Robert Cox and the Critical Theory of International Relations, this research aims to demonstrate that REBRIP and the most diverse civil society organizations in the American continent built a movement that can be characterized as counterhegemonic. Therefore, the hypothetical-deductive method was used together with the historical method, especially in the analysis of facts, documents from the official negotiation structure of the FTAA, as well as documents from the Brazilian network. It was verified that REBRIP is the result of new conceptions regarding the organization of social movements, in addition to the continental fervor formed in opposition to the dominant hegemonic thought. Since its inception, REBRIP has had a strong counter-hegemonic potential, while, it seems, the continental articulation movement acquired this potential during the process.

Keywords: REBRIP. FTAA. Hegemony. Counterhegemony. Social Movements. Civil Society.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Níveis de Complexidade e Constituição das Identidades Sociais, exemplo.

23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABIA** Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- ALBA** Alternativa Bolivariana para as Américas
- ALCA** Área de Livre Comércio das Américas
- ASC** Aliança Social Continental
- BID** Banco Interamericano para o Desenvolvimento
- BRICS** Agrupamento econômico de países de mercado emergente
- CAFTA** Central American Free Trade Agreement
- CAN** Comunidade Andina de Nações
- CARICOM** Comunidade do Caribe
- CEPAL** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CIOSL** Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
- CLAT** Conferência Latino-Americana de Trabalhadores
- CLOC** Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas
- CMT** Confederação Mundial do Trabalho
- CNC** Comitê de Negociações Comerciais da ALCA
- CSA** Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas
- CSI** Confederação Sindical Internacional
- CUT** Central Única dos Trabalhadores
- Equit** Instituto de Gênero, Economia e Cidadania Global
- EUA** Estados Unidos da América
- G20** Grupo dos 20
- GTs** Grupos de Trabalho
- GTA** Grupo de Trabalho Amazônico
- FASE** Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FMI** Fundo Mundial Internacional
- IBASE** Instituto Brasileiro de Análises Sociais
- INESC** Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos
- Mercosul** Mercado Comum do Sul

NAFTA North American Free Trade Agreement
OEA Organização dos Estados Americanos
OMC Organização Mundial do Comércio
ONGs Organizações Não Governamentais
ORIT Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores
PFL Partido da Frente Liberal
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT Partido dos Trabalhadores
REBRIP Rede Brasileira de Integração pelos Povos
RI Relações Internacionais
SICA Sistema de Integração Centro Americano
SOF Sempreviva Organização Feminista
UNASUL União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE À TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	18
2.1 O QUE SÃO OS MOVIMENTOS SOCIAIS?	18
2.2 O PAPEL DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE	21
2.3 O MOVIMENTO DE TRANSNACIONALIZAR A AÇÃO E A TEORIA DE REDES	25
2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	30
3 A REBRIP E A AÇÃO QUE ULTRAPASSA FRONTEIRAS	31
3.1 CONJUNTURA NO CONTINENTE	31
3.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	33
3.3 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA REDE	36
3.4 ESTRUTURA INTERNA DA REBRIP	40
3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS	43
4 A ARTICULAÇÃO CONTRA A ALCA	45
4.1 CRONOLOGIA E ESTRUTURA	47
4.4.1 Fase Preparatória: a busca por diálogo	48
4.1.2 Fase de Negociação: disputa de ideias no movimento continental	51
4.1.3 Fase Final: alinhamento da resistência e suspensão das negociações	55
4.2 O MOVIMENTO COMO FORÇA CONTRA-HEGEMÔNICA	58
4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	70
ANEXO 1	75

1 INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi um período de forte abertura econômica que ocorreu como consequência do processo de mundialização do capital e, por conseguinte, da produção e das fronteiras ainda existentes no mundo do trabalho. A proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é resultado da dinâmica mundial, refletida no continente americano. Além disso, pode ser lida como um meio de alavancar ainda mais a preponderância da política estadunidense perante o sistema internacional, já que o acordo da ALCA seria hegemônico pelos EUA. Como reflexo, foi construída uma ação transnacional relevante no continente americano, formada por diversos movimentos sociais e setores das sociedades civis nacionais, que buscaram entender quais seriam as implicações de uma ALCA para os povos da região. Ao longo da negociação - ocorrida entre 1994 e 2005 -, tais movimentos sociais formalizaram sua posição contrária ao acordo. Do fervor do movimento continental que foi formado em oposição à ALCA nasceu a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), local no qual se encontram setores da sociedade civil brasileira, para discussão e ação sobre assuntos de negociação comercial, integração e política externa. A Rede é, como ela mesma define, “um pólo de articulação, diálogo e divulgação de iniciativas sociais [que se contrapõem] aos tratados de desregulamentação financeira e comercial” (REBRIP, 2021).

Para analisar de forma contundente o assunto, é fundamental a compreensão do conceito de hegemonia aplicada à ordem mundial e seus desdobramentos. Este é, possivelmente, o conceito mais utilizado nas Relações Internacionais, dentre todo o pensamento de Gramsci, aplicado aos estudos da área a partir das pesquisas de Robert Cox. O conceito de hegemonia a nível mundial tem sustentação em um modo de produção cuja extensão é global e que culmina no estabelecimento de vínculos entre as classes sociais dos países por ele abrangidos. A hegemonia pode ser lida como descrição de uma relação complexa entre estrutura social, estrutura econômica e estrutura política: é necessariamente essas três estruturas e não pode ser somente uma delas (Cox, 1993).

Além disso, a hegemonia mundial é expressa em normas, instituições e mecanismos

universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais - regras que apóiam o modo de produção dominante. (COX, 1993, p. 62, tradução nossa).

Assim, uma hegemonia mundial é uma hegemonia nacional que, estabelecida por uma classe social dominante, acaba por difundir-se para o exterior. Ela será mais intensa nos Estados localizados ao centro do modo de produção dominante e carregada de maiores contradições nos Estados localizados na periferia. Ela é, portanto, uma forma de demonstração de poder e um mecanismo da classe social dominante, uma vez que é suficiente para garantir um comportamento de conformidade na maioria das pessoas, durante a maior parte do tempo. O aspecto consensual de poder fica em primeiro plano enquanto a hegemonia prevalecer, mas a coerção está sempre latente e passível de ser usada, apesar de ser aplicada apenas em casos destoantes.

Cox trouxe tais pensamentos para a área das RI, sem destrinchá-los de sua origem, que é o materialismo histórico. Dessa forma, construiu a Teoria Crítica das Relações Internacionais, base bibliográfica da presente pesquisa. Essa linha teórica se distingue das teorias clássicas da área pela diferença no olhar sobre as questões que a teoria busca responder. Ela não busca solucionar problemas pontuais que, se resolvidos, farão a manutenção da ordem mundial. Pelo contrário, a teoria é crítica ao *status quo*, no sentido de enxergar diferentes perspectivas e possibilidades de transformação da realidade (Cox, 1981).

Assim, o autor tem a compreensão de que o marco de ação de uma teoria vem a partir de uma investigação histórica que mostre a necessidade dessa teoria. Esse marco de ação muda com o tempo e toma a forma do que Cox chamou de estrutura histórica. A hegemonia é, portanto, aplicada à ordem mundial a partir das estruturas históricas que são uma combinação particular e coerente entre: modelos de pensamentos que formam certa imagem coletiva predominante sobre a ordem social; configuração das condições do poder material; e um conjunto de instituições humanas (internacionais) que acabam dando aparência de unanimidade para a administração da ordem.

As instituições internacionais são parte importante da teoria coxiana, pois elas incorporam regras que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes e, bem como as regras internacionais, geralmente são iniciadas pelo Estado que estabelece a hegemonia. Assim,

ajudam a definir certas diretrizes políticas na comunidade internacional e na legitimação de determinadas práticas no nível doméstico. Por refletirem orientações convenientes às forças sociais dominantes, as instituições internacionais desempenham um papel ideológico que auxilia na criação de comportamentos por parte das populações e expectativas que sejam consistentes com a ordem social hegemônica. Tais instituições permitem que sejam feitos pequenos ajustes de interesse periférico, desde que exista algum retorno para elas¹. Os empréstimos do Fundo Monetário Internacional sob rígidas condições para os países com níveis de renda e desenvolvimento menores - geralmente países periféricos -, podem ser citados como exemplos recentes de tal concepção.

No caso dos modelos de pensamentos ou ideias, eles precisam ser analisadas em relação às circunstâncias materiais, que incluem os meios físicos de produção, bem como as próprias relações sociais. “No materialismo histórico de Gramsci, as idéias e as condições materiais estão sempre ligadas, influenciando-se mutuamente, e não redutíveis uma à outra” (COX, 1993, p. 56, tradução nossa). Dessa forma, os aspectos da produção - desde ideias contidas até capacidades materiais - moldam e são moldados pelas superestruturas presentes no modo de organização política. De acordo com Cox (1981; 1993), no decorrer do movimento de se tornar um hegemon, um grupo ou uma classe social utiliza de seus interesses específicos para a construção de instituições e para a elaboração de ideologias.

Isso significa que esse grupo ou classe está passando da esfera da estrutura para a esfera da superestrutura. Esta, por sua vez, se traduz como um conjunto complexo e contraditório e que, portanto, é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. A superestrutura tem ligação direta com as classes hegemônicas nacionais dos países centrais e se conecta com os países da periferia pela transmissão de suas correntes ideológicas a partir do reflexo de desenvolvimentos internacionais. As esferas da estrutura e superestrutura formam um bloco histórico, conceito dialético que precisa de uma classe social hegemônica para existir. Onde a classe hegemônica é a classe dominante, a coesão e a identidade dentro do bloco são mantidas pelo Estado por meio da propagação de uma cultura comum (Cox, 1993). Isso é possível devido a um certo nível de

¹ No texto original, o autor dá o exemplo das instituições de Bretton Woods que ofereceram maiores amparos para questões sociais domésticas, como o desemprego, do que o padrão ouro, “com a condição de que as políticas nacionais fossem consistentes com o objetivo de uma economia mundial liberal” (COX, 1993, p. 62, tradução nossa).

consciência hegemônica que harmoniza os interesses da classe dominante com os das classes subalternas e incorpora interesses em uma ideologia que pretende ser universal.

A configuração das estruturas históricas aplica pressões e limitações nos indivíduos e nos grupos, mas não impõe o surgimento de um novo bloco histórico ou uma mudança na classe hegemônica global. As estruturas de ordens mundiais podem sofrer alterações quando acontecem mudanças fundamentais nas relações sociais e em suas estruturas nacionais.

Podemos perceber que o Estado permanece como a entidade básica nas relações internacionais para Cox. Isso ocorre porque é internamente ao Estado que os conflitos sociais acontecem e, portanto, onde as hegemônias podem ser construídas. É também no âmbito do Estado que podem ser construídas as contra-hegemonias. De acordo com Cox (1993), construir de forma ativa uma contra-hegemonia no interior de uma hegemonia já estabelecida requer resistência às tentações de se voltar para a busca de benefícios menores, direcionados a grupos subalternos, do que propriamente a superação da hegemonia predominante. A absorção de ideias potencialmente contra-hegemônicas a ponto de torná-las consistentes com o pensamento hegemônico é uma possibilidade levantada pelo autor e quando isso acontece, as relações sociais seguem dentro do quadro da classe hegemônica dominante.

No cenário em que o sistema político e econômico predominante no mundo é o capitalismo, colocado em prática através da teoria econômica e ação do neoliberalismo, a classe hegemônica mundial dominante no período da presente pesquisa - que se mantém desde Cox e, até mesmo, de Gramsci - é a classe hegemônica burguesa. Como forma de contraposição à hegemonia burguesa, Cox (1993) indica a necessidade da construção de sociedade e Estado baseados na liderança da classe trabalhadora, cuja base seria a criação de instituições e recursos intelectuais alternativos aos da ideologia hegemônica.

Os movimentos sociais surgem, então, como importantes atores na contraposição à hegemonia burguesa. Eles tem em seu arcabouço - tanto teórico, quanto prático e incrementado ao longo dos anos -, as possibilidades de construir organizações políticas eficazes, a partir de pontes entre as categorias mais costumeiras de trabalho, grupos urbanos e rurais marginalizados, além de reunir também as novas classes trabalhadoras geradas pela produção internacional. A busca pela identificação de origens semelhantes e causas comuns é ponto de

partida para a formulação de identidades que agrupam pessoas e interesses e que é, portanto, elemento constituinte de um movimento social. A identidade passa por um processo de formação, que permite ao ator coletivo fazer uma leitura própria da realidade social que vai indicar suas impressões a respeito da ordem mundial (Berrón, 2007).

Tais questões seguem válidas ao tratar da origem de movimentos sociais. Mas a partir do cenário mundial de meados do século XX surgiu uma sociedade civil concebida de forma mais globalizada que busca novas formas de organização. Os aspectos mais relevantes desde então - como a expansão das políticas neoliberais, seus efeitos e o crescente desenvolvimento das comunicações, entre outros -, alimentam o interesse em mobilizações que ultrapassam as fronteiras nacionais. Assim, os movimentos sociais experienciam o processo de transnacionalização e tem encontrado, no período recente, outras maneiras de organizar suas mobilizações.

Para Neves (2007), a constituição de redes é uma interpretação inovadora da estrutura que os movimentos constroem na resistência à hegemonia global neoliberal. Na presente pesquisa, trazemos o exemplo da REBRIP, uma organização em rede criada no contexto da discussão sobre a ALCA e que parece apresentar aspectos contra-hegemônicos. Além disso, Cox (1993) fala sobre o fato de crises econômicas prolongadas criarem ambiente propício para desenvolvimentos de estruturas contra-hegemônicas. Nesse sentido, a leitura feita é de que a resistência contra a ALCA, e contra o livre comércio de modo geral, nasce das próprias contradições do neoliberalismo, mais fortes na periferia do sistema, como a própria região da América Latina.

Nesse sentido, o presente trabalho busca avaliar em que medida a REBRIP pode ser caracterizada como um movimento contra-hegemônico, compreendendo que ela é parte integrante de um movimento maior de mesmo sentido, que captou o continente americano na resistência à efetivação da ALCA. No cenário de lutas antineoliberais, a articulação contra a ALCA tornou-se emblemática tanto por reunir o continente inteiro em torno de uma mesma negociação, quanto pela resistência que houve das populações de cada país e dos mais diversos setores envolvidos. Houveram movimentações contrárias à sua implementação nos diversos países do continente. Devido às proporções que alcançou em aproximadamente uma década de discussão do projeto - compreendendo fóruns, plebiscitos, atos populares e cúpulas -, a ALCA foi

escolhida para exemplificar o local de importância ocupado pela REBRIP no ato de transnacionalizar os combates dos movimentos sociais brasileiros. Interessante perceber que completaram-se quinze anos desde que as negociações para o acordo da ALCA foram suspensas. Além disso, no ano em que esta pesquisa é finalizada, completam-se também vinte anos do acontecimento da primeira Assembleia Geral da REBRIP, marco de formalização da Rede. Tais datas marcam etapas relevantes na vida dos movimentos sociais americanos, bem como na organização da sociedade civil brasileira.

Para ser possível analisar sob quais condições e circunstâncias o movimento contrário à ALCA e, especificamente, a própria REBRIP fizeram-se contra-hegemônicos foi preciso alcançar alguns objetivos específicos. No primeiro momento foi necessário compreender o ator de dimensão micro que está presente na pesquisa, que é o movimento social que se transnacionaliza e age além de suas fronteiras nacionais de origem. Assim, no primeiro capítulo buscamos assimilar desde a forma com que são constituídos os movimentos sociais até o ato de transnacionalizar sua ação através da organização em redes. O segundo objetivo a ser alcançado é o de compreender a relevância da REBRIP enquanto uma rede atuante no processo contra-hegemônico de oposição à ALCA e mobilizadora no cenário nacional e transnacional. Para isso é relevante o conhecimento sobre a estrutura da Rede e de sua atuação, tópicos abordados no segundo capítulo. No terceiro e último capítulo foi construída uma relação entre as ações realizadas por parte da estrutura oficial de negociação da ALCA e os movimentos sociais do continente, cuja ação transnacional contra o acordo foi tomando corpo ao longo do período de discussão. Neste capítulo o movimento continental que se formou a partir da articulação contra a ALCA é analisado como uma força contra-hegemônica.

Parte importante do planejamento da pesquisa é a definição da estratégia metodológica que, por sua vez, é pautada na intenção de atingir os objetivos elucidados. Para tanto, foi utilizada uma teoria construída a partir da observação da realidade - a Teoria Crítica das RI - e esta foi aplicada a novo contexto. Assim, foi utilizado o método hipotético-dedutivo em conjunto com o método histórico, sobretudo no último capítulo, no qual utilizou-se também análise de fatos e de documentos. Alguns dados sobre a REBRIP não foram fáceis de serem encontrados em fontes primárias, conforme explicado mais à frente. Suas rede eletrônicas oficiais parecem

ter ficado com reduzido abastecimento de materiais há alguns anos e passam, mais recentemente, por uma reorganização - como o site oficial da Rede², que segue o mesmo mas está sendo atualizado - ou por recriação - como é o caso do canal da REBRIP no site Youtube³, que já existia, porém com poucos inscritos e poucos vídeos, e no primeiro semestre de 2021 foi criado um novo canal. Em todo o caso, este trabalho pretende ser uma pesquisa exploratória que aborda a REBRIP e o movimento continental de articulação contra a ALCA numa perspectiva de contra-hegemonia e tem o objetivo de abrir caminho para futuras pesquisas relacionadas.

² Site oficial: www.rebrip.org.br.

³ Canal oficial no Youtube: www.youtube.com/channel/UCTtgNxyMpJCvJnI3m2JVbUw.

2 DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE À TRANSNACIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste capítulo buscamos compreender o caminho que os movimentos sociais fazem para se transnacionalizar e para tanto, abrimos a discussão sobre o que são estes movimentos e de que forma eles se constituem. Seguiremos, assim, uma trilha composta de conceitos e definições, delimitada pelo capítulo que é dividido em três partes: a primeira vai localizar a pesquisa e servir para definirmos o que são movimentos sociais e a sociedade civil; na segunda parte é que discutiremos mais a fundo sobre a questão da identidade no interior dos movimentos; e a terceira parte vai abordar a transnacionalização em si, com destaque para a forma de organização em rede dos novos movimentos sociais.

2.1 O QUE SÃO OS MOVIMENTOS SOCIAIS?

A história da humanidade é coletiva e o seu desenvolvimento se dá por meio da socialização. A intenção aqui não é desprezar as individualidades, mas é necessário entender: ainda que elas existam e cumpram papéis relevantes, sozinhas não forjam o mundo. Portanto, se o objetivo é analisar ou compreender as relações sociais de maneira mais ampla, as individualidades não são suficientes enquanto objeto de estudo. É preciso ultrapassar essa fronteira de discussão. Se os diversos setores da sociedade formam teias, eles constroem, ainda que inconscientemente, relações profundas no tecido social, seguindo a lógica de que o conjunto de individualidades forma essas relações sociais que, por sua vez, movem e modificam o mundo.

O objeto em questão deste trabalho está circunscrito no escopo da sociedade civil organizada. Utiliza-se aqui o conceito desenvolvido por Ilse Scherer-Warren (2006), que entende a sociedade civil como a “representação de vários níveis de como os interesses e os valores da

cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (SCHERER-WARREN, 2006, p.110). Para a autora, a sociedade civil é um campo composto por forças sociais heterogêneas que representa a diversidade dos segmentos sociais que compõem a sociedade e que está relacionada à defesa da cidadania e formas de organização em torno de interesses públicos e valores.

Mesmo baseada em uma conceituação clássica da sociologia política, essa é uma noção genérica e contemporânea que tende a ser utilizada junto de “Estado” e “mercado”, em modelos de divisão tripartite da realidade. Ainda que a autora distinga os conceitos de sociedade civil, Estado e mercado pelas características citadas do primeiro em contraposição à orientação do segundo e terceiro pela racionalidade do poder, regulação e pela economia, ela enfatiza que a sociedade civil não é de forma alguma isenta de relações de poder, conflitos, disputas por hegemonia e representações sociais e políticas diversas e antagônicas (Scherer-Warren, 2006). O que entendemos por movimento social é, antes de tudo, a ação de pensar e agir politicamente, ou seja, o movimento político no centro da sociedade civil. Existe uma literatura vasta que tenta cobrir o estudo sobre movimentos sociais e, devido aos diferentes posicionamentos sobre o tema, em seu interior não existe unanimidade. Craveiro e Hamdan (2015) fazem um levantamento das principais conceituações teóricas dessa temática.

Aqueles autores que fazem análise marxista, por exemplo, entendem que capital, por um lado, e trabalho, por outro, forjam contradições na sociedade. Os movimentos sociais, por sua vez, são consequências destas contradições e tem como base o conflito entre as classes sociais (Craveiro; Hamdan, 2015). Visar a mudança da sociedade, especialmente orientada à supressão do capitalismo como os marxistas o fazem, é tarefa coletiva e não individual, e, particularmente, temos uma compreensão simpatizante a esta linha de raciocínio, como explicitado no início do capítulo. Resumidamente, no marxismo os movimentos sociais são percebidos como expressões coletivas de contrariedades e meio de possíveis transformações sociais.

A próxima conceituação que as autoras trazem é aquela sistematizada por Gohn, segundo a qual “o movimento social se caracteriza por meio da união de um grupo de pessoas que possui um objetivo em comum, tendo enquanto base os valores políticos e culturais dos seus

participantes, que possibilita a criação de uma identidade comum ao movimento” (Gohn, 1995 *apud* CRAVEIRO; HAMDAN, 2015, p.3). Aqui a ideia é que o movimento social não se baseia na relação *capital X trabalho* e ele pode abarcar diferentes classes sociais a depender da reivindicação que o move. A terceira conceituação levantada é a de Scherer-Warren (1984 *apud* Craveiro; Hamdan, 2015), para quem o movimento social busca a superação das variadas formas de opressão, sendo fundamentado na organização de grupos que buscam uma sociedade diferente e mais liberta. A autora em questão entende que o movimento social não é mais originado somente a partir dos conflitos de classes e agora também incorpora ações que buscam liberdades sociais e individuais. Assim, o movimento social pode ser definido como um “mecanismo de alcance de objetivos coletivos e individuais” (CRAVEIRO; HAMDAN, 2015, p.3).

Com o desenvolvimento do debate acerca dos movimentos sociais, percebeu-se que as formas de insatisfação com diversas realidades vividas diariamente foram se ampliando. Estas insatisfações já não tem ligação somente com o mundo do trabalho e suas contradições, mas somam outras questões sobre os modos de vida das sociedades. Assim, Craveiro e Hamdan (2015) demonstram que os chamados *novos movimentos sociais* surgem, algumas vezes, como estratégia complementar e, outras vezes, como alternativa aos movimentos de classe mais tradicionais e aos partidos políticos. É seguindo de maneira mais próxima da terceira linha de conceituação - porém, levando em consideração o ponto de vista levantado pelos autores marxistas - que construímos a fundação desta pesquisa e podemos avançar com nosso estudo.

Diversos autores que estudam a formulação de movimentos sociais entendem que é necessária alguma identificação e objetivo em comum por parte das pessoas de dentro do movimento. Tarrow (1994, *apud* Berrón, 2007), por exemplo, descreve os movimentos sociais como desafios coletivos, baseados em pressupostos comuns e solidariedades sociais, em interação com as elites, oponentes e autoridades - no sentido de que os movimentos desenvolvem a capacidade de sustentar desafios contra oponentes poderosos. É por esse mesmo caminho que Scherer-Warren (2006) percebe a constituição de movimentos sociais acontecendo ao redor de identidades, de definição de adversários e de um projeto ou utopia.

Ela acrescenta que este é um **processo**⁴ de contínua construção e resultado de múltiplas articulações.

É interessante traçar diálogo entre as pesquisas de Berrón (2007) e Scherer-Warren (2006) sobre o tema. O primeiro autor limita o conceito de movimento social ao diferenciá-lo de outro tipo de ação coletiva pela continuidade no tempo que apresenta e destaca as chaves para a perpetuação dessa continuidade: a estrutura de mobilização - ou organização - e o marco simbólico discursivo - ou o frame - “que descreve o problema, a solução e a estratégia do movimento” (BERRÓN, 2007, p.86). Ao passo que a segunda autora sintetiza o que ela chama de rede de movimento social como “um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Assim, a identidade é elemento constitutivo de um movimento social sem se reduzir a ele.

Para entender a importância das individualidades, mas conseguir ir além e compreender as relações sociais pertinentes ao tema aqui estudado, conforme citado anteriormente, vamos traçar uma rota. Até aqui foi discutido o que é sociedade civil e algumas das diferentes conceituações de movimento social, focando em como enxergaremos nesta pesquisa. A partir de agora, faremos o caminho que tem início na formação da identidade como elemento constitutivo, até o ponto em que ocorre a transnacionalização do movimento social composto por ela.

2.2 O PAPEL DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

Com base no discutido até aqui é possível perceber que a identidade, estratégias e ações executadas a partir dela são os elementos centrais que compõem um movimento social. A identidade, portanto, é um conceito chave para que possamos debater a transnacionalização de movimentos sociais brasileiros, e compreender sua atuação através da REBRIP durante a

⁴ Scherer-Warren, 2006, p. 113, grifo nosso.

negociação sobre o tratado da ALCA. É a identidade que funciona como meio de aglutinação entre pessoas, causas e interesses. Berrón afirma que durante o processo de formação de identidade, ela

configura os elementos do eu político do ator coletivo, que faz com que ele aja num cenário que é configurado com base na sua leitura da realidade social, da identificação do adversário e da ativação de elementos duros dessa realidade em oportunidades políticas (BERRÓN, 2007, p.68).

Dessa forma, a mobilização contra o livre comércio no Brasil, e nos demais países do continente, é parte das impressões obtidas pela identidade social. É com base na leitura da realidade social que o ator, agindo coletivamente, entende quais ações significam o risco de seu emprego ou a melhora de algum bem público e, assim, identifica seus adversários, seus interesses e o daqueles que formam o seu coletivo. A identidade social, precisamente, se localiza no tempo e no espaço de forma coletiva para cada ator, daí o ator coletivo. Ele é aquele que ao compreender sua identidade vai formular ou ajudar a manter imagens coletivas já existentes, ao mesmo tempo em que as imagens coletivas preenchem sua identidade. Segundo Cox (1981), imagens coletivas de uma ordem social são formadas e mantidas por grupos que criam as ideias, conceitos morais e éticos e, em determinados casos, políticas alternativas de consentimento na sociedade. Assim, as identidades são complexas em sua formação e, como Berrón (2007) se atenta, despertam para a política a partir de enunciações discursivas.

Este mesmo autor ainda demonstra que dependendo do cenário da sua constituição, as identidades podem ser domésticas ou transnacionais, diferenciação útil para esse trabalho. Anterior a isso, elas podem ser classificadas como Identidades Primárias - aquelas que unem num primeiro nível atores comuns entre si que se identificam em uma pauta específica - ou Secundárias - podem ser formadas por distintas identidades primárias que possuem alguma luta específica conjunta (Berrón, 2007).

Podemos exemplificar com dois grupos fictícios: o primeiro é um grupo que trata dos direitos das mulheres e o segundo é um grupo com pautas sobre os povos indígenas. Estes dois grupos, isolados, são formados por identidades primárias e ao se deparar com o teor das negociações para o acordo da ALCA por todo o continente americano, eles entendem que no caso de aprovação deste acordo tanto as pautas das mulheres, quanto as pautas indígenas serão afetadas negativamente. Assim, se constitui um grupo de identidade secundária, sob o qual

estarão grupos com pautas iniciais específicas que agora se mobilizarão por uma pauta maior e mais global, sem ignorar a sua identidade primária. A tabela abaixo demonstra de forma didática os níveis de complexidade da formação de identidades, partindo da identidade primária e doméstica constituída no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Tabela 1 - Níveis de Complexidade e Constituição das Identidades Sociais, exemplo.

Identidades Sociais	Id Primária	Id Secundária ou Complexa
Id Domésticas	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
Id Transnacionais	La Via Campesina	Rede Nosso Mundo Não Está à Venda

(Fonte: Berrón, 2007)

Aqui, o MST é a identidade primária formada a nível doméstico. Em conjunto com outros grupos primários e domésticos, formados por outras identidades, compõe a identidade secundária que dá voz à REBRIP. A Rede, por sua vez, é o local onde são mobilizados grupos distintos sob as pautas dos acordos de livre comércio e integração. Por outro lado, o MST também constitui a Via Campesina, segmento internacional da luta dos trabalhadores rurais - sendo assim, constituídos da mesma identidade primária que o MST. Enquanto a própria Via Campesina e a REBRIP fazem parte da Rede Nosso Mundo não Está à Venda - identidade secundária e transnacional.

A partir da configuração destas identidades, os atores sociais fazem leituras das mudanças estruturais que podem, por vezes, se transformar em oportunidades políticas. Estas, por sua vez, são colocadas em prática apoiadas em ações coletivas e estratégias políticas que as identidades podem utilizar, especialmente em momentos em que visam se firmar na luta contra-hegemônica. Relevante pontuar que geralmente uma identidade hegemônica retém o monopólio do aparelho estatal e outros recursos legítimos de poder. Ou seja, “uma identidade social disponibiliza leituras da realidade que constituem a plataforma da ação coletiva [e] uma das estratégias dessa ação coletiva é a coalizão social” (BERRÓN, 2007, p.69). Esta, por sua vez,

apresenta desafios às identidades primárias (os grupos de mulheres, consumidores, trabalhadores, camponeses, indígenas, jovens, etc.) que, na criação da coalizão,

contribuem para o surgimento de uma nova identidade, ao mesmo tempo em que transforma a sua própria (BERRÓN, 2007, p.69).

O resultado dessa interação será caracterizada como identidades domésticas complexas - também podem ser chamadas de identidades domésticas secundárias. Dessa forma, “a identidade deixa sua marca na estrutura que no nível individual funciona como memória, e que nos níveis sociais mais amplos funciona [...] como a ordem, a lei e as instituições” (BERRÓN, 2007, p. 126). Aqui é relevante a compreensão dos princípios de configuração de forças, desenvolvidos por Cox (1981), que os trouxe ao campo das Relações Internacionais. Para esse autor, são três forças motoras básicas que possui uma estrutura histórica: as ideias, as capacidades materiais e as instituições. As ideias, para além das imagens coletivas já citadas, também podem ser noções compartilhadas sobre os relacionamentos sociais que tendem a perpetuar hábitos e expectativas de comportamento.

As capacidades materiais, por sua vez, são potenciais produtivos ou destrutivos. Elas existem como capacidades tecnológicas e organizacionais ou recursos naturais que podem ser transformados. Já as instituições seriam um amálgama das ideias e do poder material, que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento de novas ideias e novas capacidades materiais. Dessa forma,

as instituições refletem as relações de poder que prevalecem em seu ponto de origem e tendem, pelo menos inicialmente, a apoiar imagens coletivas consistentes com essas relações de poder. Eventualmente, as instituições assumem suas próprias vidas e podem se tornar um campo de tendências opostas ou instituições rivais podem renegar tendências diferentes (COX, 1981, p. 136, tradução nossa).

Assim, a institucionalização é um meio eficaz de estabilizar e perpetuar uma ordem específica. Dessa forma, quando partimos do ponto de vista de uma teoria crítica, como é o caso desta pesquisa, é possível enxergar que as instituições podem ser a âncora de uma estratégia hegemônica que vai no caminho oposto aos interesses das associações de identidade primária. Num sentido mais geral, a configuração da estrutura histórica “não determina ações em nenhuma direção, nem um caminho mecânico, mas impõe pressões e limitações. Indivíduos e grupos podem superar as pressões ou resistir e se opor a elas, mas não podem ignorá-las” (COX, 1981, p.135, tradução nossa). À medida em que tais grupos conseguem resistir a uma estrutura histórica dominante, o fazem com ações sustentadas em configurações alternativas de forças

emergentes. É isso que a existência da REBRIP significa, a possibilidade de um movimento contra-hegemônico de forças emergentes da própria sociedade civil organizada.

2.3 O MOVIMENTO DE TRANSNACIONALIZAR A AÇÃO E A TEORIA DE REDES

Das entidades representativas que fazem parte da REBRIP, muitas são classificadas como formação de identidade primária além do citado MST, como a CNTE, FASE, FENAFAR, FETRAF, FUP, IDEC, MMNEPA⁵, entre outros (REBRIP, 2021). São estes atores que, através da Rede, se transnacionalizam ao lidar com certas questões da política internacional. O movimento que transnacionaliza sua ação, o faz como forma complementar à coalizão que acontece em território nacional e é nesse nível extra-nacional que se configuram identidades transnacionais.

No tópico anterior trouxemos a concepção de Berrón (2007), para quem as estratégias de transnacionalização são construídas sobre a base da experiência nacional e por isso reproduzem o modelo de coalizão entre diversos setores também no nível internacional. É nesse mesmo sentido que o autor trabalha durante toda a sua tese o conceito de movimento social transnacional já que essa categoria, em sua definição, inclui a identidade como elemento central. Isso permite dar conta da abrangência desse fenômeno social transnacional, além de tirar “o foco da forma da organização e do funcionamento coletivo e fazer deles uma parte instrumental, localizada na periferia da razão explicativa, como derivado e não como origem da constituição da identidade” (Berron, 2007, p. 111).

Podemos perceber que a teorização de diversos autores utiliza, diversas vezes, demandas simbólicas que giram em torno do reconhecimento de identidades. Para Craveiro e Hamdan (2015), essa categoria está atrelada à Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que, em última análise, não busca mudanças revolucionárias e sim mudanças culturais. Da mesma forma, foi falado anteriormente que os movimentos que seguem esta nova linha de ação e teorização, não

⁵ Em ordem: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional; Federação Nacional dos Farmacêuticos; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Federação Única dos Petroleiros; Instituto de Defesa do Consumidor; Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense.

se até apenas aos conflitos de classes e acabam, muitas vezes, agindo de forma complementar àqueles movimentos tidos como clássicos.

Diversos autores contemporâneos enxergam que alguns fatos são estruturais e serviriam como facilitadores de um “novo ímpeto de ativismo transnacional”. Alguns destes facilitadores seriam:

a generalização da aplicação de políticas neoliberais e os seus efeitos sobre as sociedades nacionais e sobre a economia global; a multiplicação de âmbitos e organizações oficiais no espaço internacional que ofereceram novos espaços de convergência ou oportunidades aos atores sociais (conferências da ONU, por exemplo); o fim da polarização da Guerra Fria que imprimia uma lógica de ordenamento político no mundo que influenciava a ação dos ativistas sociais; e, finalmente, a evolução da estrutura das comunicações que acelerou os tempos e barateou os custos, seja das comunicações, seja das viagens, facilitando a crescente mobilidade de dados e pessoas (BERRÓN, 2007, p. 66).

Os novos movimentos sociais surgem com força no cenário internacional em meados do século XX e é natural que as formas de organização também tenham se renovado. Dessa maneira, espaços de articulação formados por diversos atores, distintos entre si, tem sido comuns e, portanto, cabe discussão sobre as redes como forma de organização e articulação. Nesse mesmo sentido, Neves (2007) aponta que as sociedades passadas já se organizavam em rede, mas que foram as tecnologias da informação que tornaram possível a penetração da rede em todas as instâncias da estrutura social.

Ela considera que aqueles que possuem a “capacidade de fazer as conexões entre as diversas redes são os detentores de poder” (NEVES, 2007, p.41). Geralmente as redes são representadas por seus estudiosos como um conjunto de diversos nós interconectados, sem um centro definido. Ao imaginarmos um mapa de rede e tomarmos distância a ponto de olhar esse mapa de cima, podemos compreender que, de fato, o poder está contido nas conexões e na capacidade de alcançar e de manter tais conexões. Essa ideia é efetiva, pois, de acordo com a própria autora, uma vez que um dos nós não funciona mais naquela rede, ele pode ser facilmente excluído e a rede irá se articular novamente com aqueles que ainda fazem sentido naquele meio.

Assim, as redes não tem suas dimensões limitadas e podem expandir ou diminuir conforme sentirem necessidade, sem alterar sua estabilidade. É aqui que entra a importância dos elementos em comum entre os membros das redes, para que eles consigam se organizar ao

redor de uma pauta ou valores e para que a rede permaneça viva. De fato, a tecnologia da informação auxilia neste ponto, trazendo maleabilidade aos agrupamentos.

De qualquer forma, para o funcionamento adequado de uma rede seus membros precisam tomar as responsabilidades sobre ela e seus objetivos, além de serem capazes de realizar ações e tomarem iniciativas. É assim que a rede se fortalece, uma vez que não existe alguém responsável por comandar ou direcionar os demais por um caminho ou por outro. Seguindo este raciocínio é compreensível que

as redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes. Numa organização em rede só pode haver participação livre e consciente de seus membros. Quando não existe esse tipo de participação, a rede não se consolida nem se mantém, e tende a se desfazer facilmente (NEVES, 2007, p.42).

A forma de organização em rede busca, fundamentalmente, uma maior divisão das tarefas atribuídas aos membros de maneira que não seja necessário manter uma hierarquia rígida. Essa forma de sistematização, muitas vezes, apresenta importantes desafios às formas mais tradicionais de organizar um movimento social e por significar uma inovação para alguns cenários, é válido estudá-la com maior cuidado. Ao menos, sabe-se que para a organização de alguns movimentos sociais essa estratégia funciona muito bem. A seguir veremos o exemplo da própria REBRIP.

Neves (2007), ainda apresenta alguns passos que, na sua visão, são fundamentais para definir a construção de uma rede. O primeiro passo, necessariamente, é ter em mente quais serão os princípios norteadores da rede que está se formando ou qual seu objetivo, seguido de análise sobre a estrutura que a rede terá e quais atores estarão envolvidos nela. Na sequência, a autora cita que também é interessante a análise sobre as ferramentas tecnológicas utilizadas pela rede e seu marco de atuação, além da importância da definição de um plano de trabalho e gestão da rede, como por exemplo, se funcionará por comitês ou outro formato - a rede apresentada nesta pesquisa, a REBRIP, possui grupos de trabalho, como será mostrado no próximo capítulo. Por último, ela fala sobre quais serão os estatutos e normas da rede, qual estratégia de comunicação e estratégia de difusão das informações será utilizada e também menciona que é interessante que a rede possua algum mecanismo de monitoramento e avaliação.

A autora traz também uma discussão importante a ser feita sobre as tomadas de decisão no interior das redes. Segundo ela, a busca pelo consenso é uma característica com forte presença em momentos de deliberação (NEVES, 2007). A ideia de alcançar consenso, com todos os membros participantes concordando sobre um tema e sobre qual estratégia será utilizada, pode parecer a melhor resposta à primeira vista, pois aparenta evitar indisposição entre os membros ou debates muito extensos. Mas esse não é um ponto tão simples.

Não existem garantias de que, dentro de uma rede com diversos grupos, formados por diversas identidades, todos concordem com uma abordagem única para as situações presenciadas. Ao contrário, dificilmente chega-se a um consenso, sobretudo a depender da quantidade de conexões que os nós, que formam a rede, tem. Quanto mais membros distintos entre si uma rede possui, mais improvável será que os acordos sejam resolvidos em forma de consenso. É justamente nesse sentido que Neves (2007) aponta que ao alcançar consenso, aqueles que foram contrários parecem não ter validadas a sua voz e acabam sendo deixados de lado.

Muitos membros das redes são ONGs, organizações políticas, sindicais, de mulheres, entre outros. A diluição dessas entidades no interior da estrutura formada pode ocorrer devido a possíveis perdas de autonomia e esse é um outro risco que deve ser levado em consideração pelos atores. Uma situação hipotética é os membros preocuparem-se tanto em chegar a um consenso naquele ambiente com outras organizações - as quais não pensam e nem mesmo agem de forma igual em relação a outros temas -, que correm o risco de passar por cima do fato de serem entidades independentes umas das outras e que, muitas vezes, agrupam-se pontualmente na rede em questão. Nesse sentido, os novos movimentos sociais tem pontos relevantes a aprender com os movimentos sociais organizados de forma mais clássica.

Tomando distância da busca pelo consenso puro e simples, talvez o melhor modelo a seguir nas tomadas de decisão seja aquele no qual existe liberdade para críticas, discussões amplas e discordâncias em meio privado e que, depois de discutidas estratégias e posicionamentos - até mesmo utilizando mecânica de voto, se necessário -, a ação seja feita de forma conjunta e em unidade, para o meio público. Obviamente esse método conhecido há tantos anos por diversos movimentos sociais, é mais facilmente implementado quando se trata de uma organização

única. Não deixa de ser um desafio para as redes, mas uma vez que se propõe a ser um ambiente onde articulações políticas acontecem de forma natural e a convivência entre atores com diferentes posições e identidades crie espaço para debates, elas devem tentar aperfeiçoar-se sempre.

De acordo com o que foi visto, as organizações em rede conectam diferentes grupos de movimentos sociais, promovendo um vantajoso intercâmbio entre eles. Keck e Sikkink (1999), caracterizam as redes como estruturas comunicativas que podem acabar se tornando parte de um conjunto de políticas maiores, nas quais atores de diferentes visões institucionais e valores se agrupam. As autoras explicam que isso pode acontecer como forma - calculada ou não - de influenciar discursos, procedimentos e a própria política, uma vez que as redes contribuem para mudar percepções que os atores podem ter de suas preferências e identidades.

As autoras apontam, ainda, que essa forma de organização promove, diversas vezes, a implementação de normas, exercem pressão para que se adote diferentes políticas e contribuem para o monitoramento de normas regionais e internacionais. As redes são “essenciais para os aspectos sociais e culturais da integração”, à medida que tem capacidade de promover “convergência ou harmonização de normas nos níveis regional e internacional” (KECK; SIKKINK, 1999, p.90, tradução nossa). O que elas nomeiam de “transnational advocacy networks”, ainda podem ser enxergadas como um espaço político em si,

nos quais atores situados de forma diferente negociam - formal ou informalmente - os significados sociais, culturais e políticos de seus empreendimentos conjuntos. Em ambas as formas, as redes transnacionais podem ser veículos essenciais para as negociações culturais e sociais que sustentam os processos de integração regional (KECK; SIKKINK, 1999, p.90, tradução nossa).

Neves (2007) resumiu bem ao pontuar que “as redes buscam um movimento estratégico de organizar, articular, informar e de empoderar o movimento da sociedade civil e sua relação com outros poderes” (NEVES, 2007, p.43). Ainda de acordo com a autora, as redes organizadas a partir da sociedade civil procuram legitimar suas causas na esfera pública e é visando a um empoderamento público que a propagação da informação é importante entre seus membros e para fora da própria rede. Retomando a ideia sobre a detenção de poder no âmbito dessa forma de organização, Keck e Sikkink (1999) mostram que o fluxo de informações entre os membros da

rede vai revelar uma teia densa de conexões formais e informais entre os que compõem o agrupamento.

2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

A formação das identidades é um ponto fundamental em debates acerca da concepção de movimento social. Porém tão fundamental quanto, é compreender que o movimento em si não se reduz à identidade e é importante lembrar do processo complexo em que consiste: para existir um movimento social é primordial a constituição anterior de identidade, ao mesmo tempo em que a própria existência do movimento social ajuda a formular identidades. Podemos seguir uma lógica bem parecida ao falar sobre formas de organização e de conexão entre diversos movimentos sociais. Nesta pesquisa, foi escolhido o formato das redes, por representar como a REBRIP se organiza desde sua fundação e por ser relevante nos estudos que se referem aos novos movimentos sociais.

Ainda assim, é necessário pontuar que não é a forma como a REBRIP se organiza que vai constituir a identidade de seus membros. Na verdade, essa é uma relação dialética entre identidades prévias que constroem a Rede e a própria existência da Rede que ajuda a moldar novas esferas das identidades no interior do movimento social.

Novas concepções de organizações são importantes para que a sociedade civil consiga se articular perante as mudanças de conjuntura internacionais, sem, é claro, deixar de lado os exemplos bem sucedidos que a história nos mostra. É neste ponto que partimos para o estudo da REBRIP enquanto rede formada por diversos movimentos sociais. Entenderemos como essa rede específica funciona e atua tanto em âmbito doméstico, quanto além das fronteiras brasileiras.

3 A REBRIP E A AÇÃO QUE ULTRAPASSA FRONTEIRAS

A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) é uma rede que lida especialmente com negociações internacionais da área de comércio com as quais o país está envolvido, e incide sobre a política externa brasileira desde 2001. A Rede se define como

um coletivo integrado por entidades sindicais e associações profissionais, movimentos sociais, camponeses, de mulheres, ambientalistas e ONGs autônomas e pluralistas, que busca influenciar as negociações de comércio internacional e os processos de integração regional (REBRIP, 2021).

Para que possamos compreender a REBRIP enquanto rede atuante em debates sobre as negociações comerciais no cenário doméstico e transnacional, é necessário entender o momento em que ela foi criada, uma vez que o contexto do cenário internacional teve peso decisivo na formação desta Rede. Por isso, é com a elucidação sobre o contexto político do continente americano durante o período tratado que inicia-se este capítulo. Em seguida, é demonstrado que os movimentos sociais brasileiros, que até então debatiam a problemática da ALCA isoladamente, perceberam a necessidade de ampliar o debate entre a parcela organizada da sociedade civil, mas também alcançar a população em geral, para que fosse possível alavancar a mobilização contra o acordo da ALCA a partir do Brasil. Para tanto, a discussão sobre o tema que já estava mais avançada em outros países do continente, foi utilizada como modelo. Para finalizar o capítulo, é abordada a atuação da rede e de que maneira ocorre a formulação de sua agenda, seguido da explanação sobre sua estrutura e organização interna.

3.1 CONJUNTURA NO CONTINENTE

É importante compreendermos a relação que o neoliberalismo tem com a formação da Rede, por ser uma teoria econômica que reflete diretamente e de forma concreta em diversos

pontos da vida nas sociedades. Vadell e Carvalho (2014) retomam rapidamente os contextos de décadas que antecedem a formação oficial da Rede. Os autores explicam que a crise da década de 1970 implicou na destruição das amarras do sistema de Bretton Woods e acelerou o processo de liberalização financeira. É esse processo de liberalização, somado a fortes pressões políticas, que vai conformar um novo bloco histórico, que por sua vez vai fomentar a abertura econômica da América Latina durante a década de 1980 e 1990.

Os principais pontos do Consenso de Washington, ocorrido ao final dessa década, são evidenciados por Souza (2008) para mostrar justamente os fundamentos do neoliberalismo, que ganhou força no período. A partir do Consenso, a nível mundial buscou-se uma maior abertura econômica, privatização das empresas estatais, desregulamentação do movimento de capitais e flexibilização das relações de trabalho. Como ele explica, para os principais autores que seguem a linha neoliberal, ao Estado caberia o papel, somente, de protetor da propriedade privada e do mercado, garantindo os contratos privados, a execução da lei e da ordem e a promoção de mercados competitivos. O autor ainda levanta um ponto de vista relevante: a livre concorrência não passa de uma ilusão que ficou presa no século XIX. A economia mundial chegou a um grau de concentração tal, que o mercado é restrito a um pequeno número de grandes corporações e, portanto, proteger o mercado significa nada mais que proteger as ações destas grandes empresas perante o conjunto da economia (SOUZA, 2008).

Ele ainda indica que o principal objetivo das ideias neoliberais naquele momento era ampliar a capacidade de competição das grandes empresas mundiais - que majoritariamente tem sede nos países centrais, especialmente nos Estados Unidos - e para isso seria necessário, por um lado, encontrar novos mercados e, por outro, encontrar matérias-primas e mão de obra mais baratas (SOUZA, 2008) e a porção latina do continente americano cumpre essas expectativas. É por consequência da perseguição destes objetivos que Miranda (2006) discute que, na América Latina, é o Estado de bem-estar social, especialmente no que diz respeito à Seguridade Social, que declina ao se configurar naquilo que autores liberais chamam de Estado mínimo. Enquanto nacionalmente o neoliberalismo afirma a necessidade da redução do Estado, internacionalmente revela a importância da presença estatal na intermediação e execução das políticas neoliberais (MIRANDA, 2006).

A partir do período em que ocorreram as reuniões que deram origem ao Consenso de Washington, as ideias neoliberais foram postas em prática e, de acordo com Souza (2008), foram utilizados os instrumentos de pressão dos EUA, como FMI e Banco Mundial para que fossem alcançados seus objetivos. Assim, as ideias dessa linha de pensamento foram desempenhadas na América Latina, de forma não aleatória. No Brasil, desde a década de 1970 a inflação vinha crescendo, mas foi na década de 1980, somada à crise da dívida externa, que este problema estourou, levando a uma época marcada pela hiperinflação e baixa geração de emprego, trauma que o país carrega ainda hoje. O restante da América Latina também passou por um período de forte crise econômica, com outros países vivendo crises relacionadas a suas dívidas externas, da mesma forma que o Brasil, que se deterioraram muito após os dois choques do petróleo. Não à toa a década de 1980 é conhecida como “a década perdida” na região.

É nesse cenário que as ideias formalizadas no Consenso de Washington - ou seja, o neoliberalismo - visavam abrir caminho para formar uma área de livre comércio no continente americano, a ser hegemônica pelos EUA. O objetivo do país com a criação dessa área de livre comércio, por sua vez, seria o de utilizar o mercado latino-americano como plataforma para prosseguir sua política de confronto econômico com a União Europeia e o Japão (SOUZA, 2008) - uma disputa hegemônica, portanto, entre as principais economias da época. A iniciativa de criar uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que incluísse todos os países do continente, com exceção de Cuba, partiu dos EUA ao convocarem a Primeira Cúpula das Américas, no ano de 1994. Sobre este e outros episódios relevantes para o acordo da ALCA, discutiremos melhor no próximo capítulo.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Anterior à discussão do acordo tratado nesta pesquisa, movimentos e organizações da sociedade civil dos três países norte-americanos já estavam a postos, monitorando e tentando intervir durante o período de discussão do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (mais

conhecido pela sigla em inglês, NAFTA). Berrón (2007) demonstra em sua tese que esse movimento acabou crescendo e atingindo outros países no continente, e foram mantidas ações de acompanhamento além de estudos realizados a cada período sobre os impactos do acordo do NAFTA. Tais estudos foram cruciais para o trabalho realizado em relação à negociação da ALCA. O autor mostra também que os movimentos de centrais sindicais, especialmente canadenses no primeiro momento, foram fundamentais para o início da transnacionalização da pauta antiliberal através do continente.

Entre os principais impactos decorrentes da expansão da liberalização dos investimentos e do comércio percebidos por estudos relativos aos países do norte (Canadá, EUA e México), que Berrón (2007) cita, estão: a desapareição de empregos e a queda de salários; a redução da produção no México; o aumento da poluição, causado pela realocação de certas indústrias dos EUA no México; a diminuição da produção de grãos básicos nas comunidades rurais, especialmente mexicanas, demonstrada por estudos realizados alguns anos após o início da prática oficial do NAFTA. Além disso, o autor cita que, em estudo comparado entre EUA e México em relação às práticas do NAFTA, as mulheres foram atingidas em ambos os países por conta das demissões nas indústrias eletrônicas e de eletrodomésticos (EUA) e devido às péssimas condições de trabalho e baixos salários nas maquilas (México). (BERRÓN, 2007).

Essa perspectiva é importante porque dá o tom do início da discussão na porção mais ao sul do continente. A organização dos trabalhadores dos mais diversos países americanos, e de suas sociedades civis como um todo, tornou possível a promoção de reuniões e fóruns de debate paralelos às reuniões oficiais de representação dos governos, como as Cúpulas das Américas. Dessa forma, e utilizando a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT)⁶ como ferramenta, foi acelerado o processo de continentalização desse debate. No ano de 1997,

⁶ A ORIT foi fundada em 1951 como seção americana da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Haviam já outras confederações sindicais internacionais e, posteriormente ao fim das negociações da ALCA, duas delas, a própria CIOSL e a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), fundiram-se sendo criada a Confederação Sindical Internacional (CSI), a partir de 2006. Da mesma forma, seus braços regionais no continente americano - ORIT e CLAT (Conferência Latino Americana de Trabalhadores), respectivamente - fundiram-se em 2008, dando origem à Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA). No período das negociações sobre a ALCA, a ORIT buscou abrir diálogo para que os trabalhadores participassem de seu processo de formação, sendo importante para a formação da Aliança Social Continental (ASC). Em um primeiro momento a Organização, assim como outros setores do movimento sindical, não se colocou contrária ao acordo de livre comércio no continente, posição que alterou ao longo de todo o processo de negociação.

enquanto ocorria mais uma Reunião Ministerial de negociação da ALCA, foi realizado o III Fórum Sindical⁷ com a CUT de anfitriã - uma vez que a reunião estava acontecendo no Brasil⁸ -, e com organização da ORIT e alguns sindicatos canadenses. Este Fórum que tinha a intenção de ser somente sindical no primeiro momento, acabou por convidar diversas ONGs e outros movimentos que já estavam realizando algumas atividades no sentido da discussão sobre o livre comércio, porém de maneira isolada. O III Fórum Sindical aprovou uma declaração pública, nomeada de *Construindo a Aliança Social frente ao Livre Comércio*, que foi o primeiro passo para a construção da Aliança Continental Social⁹, movimento formalizado em 1999 e que existe até os dias de hoje. “A ASC representa um espaço da sociedade civil construído através de um processo de inclusão permanente de membros e baseada em consensos básicos” (BERRÓN, 2007, p. 43). O primeiro grande ator a participar das movimentações anti livre comércio no Brasil foi a CUT, mas logo em seguida a central encontrou outros aliados, como a IBASE e a CLOC¹⁰, que juntos formaram o capítulo brasileiro da ASC: a Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

A pesquisa de Miranda (2006) foca na participação dos trabalhadores através de centrais sindicais brasileiras e argentinas em processos decisórios do Mercosul e da ALCA. O pano de fundo do autor são as movimentações de setores de trabalhadores organizados e, de acordo com ele, a proposta da ALCA ocorreu num momento em que a transnacionalização do capital estava rompendo fronteiras e, associada a política de organismos internacionais, abertamente subjugava regiões inteiras. Somado a isso, é um momento no qual estão se formando ao redor do mundo blocos regionais, políticos e econômicos, como a formação do próprio Mercosul. O autor esclarece que grande parte das transações comerciais no mundo passam a atravessar esses blocos, mas isso não altera a dinâmica mundial que mantém o capital e as principais

⁷ O Fórum levou o nome de “Nossa América”.

⁸ Este episódio de reunião ministerial ligada à Cúpula das Américas, ocorreu em Belo Horizonte, MG, no mês de maio de 1997.

⁹ Para saber mais sobre a ASC, ver: BERRÓN, Gonzalo. **Identidades e estratégias sociais na arena transnacional: o caso do movimento social contra o livre comércio nas américas**. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, São Paulo, 2007. [e] VON BÜLOW, Marisa. Sociedade civil e negociações comerciais: a construção de um novo campo de ação nas américas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 86, p. 25-51, 1 set. 2009.

¹⁰ Em ordem: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas.

decisões nos mesmos centros políticos (MIRANDA, 2006). Essa é mais uma representação da relevância de diversos atores dos países não centrais debaterem o tema.

3.3 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA REDE

Algumas entidades que participam da REBRIP - especialmente aquelas que fazem parte desde seu início - já estavam inseridas no processo de resistência ao livre comércio, como organizações individuais e devido a contatos internacionais. As movimentações contra o tratado da ALCA, especificamente, influenciou na formação de uma rede brasileira que agregasse todas essas entidades e que se posicionasse, tornando-se uma força a mais na resistência a tais acordos comerciais. Neves (2007) aponta que em dezembro de 1998 ocorreu a conferência intitulada de *Democracia, Participação e Dimensão Social nos acordos de Integração*, na qual houve importante participação de entidades do movimento sindical e de outros âmbitos da sociedade civil. Essas entidades mostraram grande interesse em participar do lançamento da Rede, naquele que foi o início concreto da criação da REBRIP.

Este passo de criação no ano de 1998 foi fundamental, mas, conforme consta no Anexo 1, foi somente em setembro de 2001 que a primeira Assembléia da Rede aconteceu, na qual foram eleitas coordenação e secretaria executiva e aprovado o planejamento das atividades e seu Estatuto, formalizando, assim, a fundação da Rede. Como lembra Neves (2007), isso não impediu que a REBRIP promovesse atividades anteriores à assembleia de formalização. No ano 2000, por exemplo, a Rede organizou o Fórum Continental ALCA: Atores Sociais e Políticos nos processos de Integração, na cidade de São Paulo.

A criação da REBRIP foi muito atrelada à ASC e por isso a Rede foi muito estimulada pela Aliança na questão da ALCA. A Rede nasceu para fazer contraposição na política brasileira aos tratados de livre comércio e passado algum tempo de sua existência, após serem realizadas diversas atividades e discussões entre seus membros, o entendimento no interior da Rede pareceu ter se ampliado, com a percepção de que todo acordo internacional geraria impactos

nas políticas regionais e também na nacional. Especialmente, por mais que a negociação da ALCA estivesse em foco no momento, ela poderia não ser o único caminho para a tentativa de aprofundamento do livre comércio no continente. Assim, a REBRIP evoluiu de uma ferramenta pontual na luta contra o neoliberalismo para uma ferramenta na luta constante de buscar alternativas possíveis para a integração dos povos, de maneira mais ampla.

Em relação a conformação de agenda, a REBRIP mantém o seu vínculo com a ASC e ao mesmo tempo atua de forma autônoma à ela, pois elabora uma agenda para lidar com as questões internas e outra agenda para lidar com as questões regionais, ainda que essas agendas interajam em diversos pontos.

A construção de agendas é resultado de uma negociação em diversas dimensões. Há uma dimensão interna, que ocorre entre as organizações da Rebrip na definição de uma agenda unificada, sem que esta provoque grandes alterações nas agendas específicas de seus integrantes. Há uma segunda dimensão regional, na qual a Rebrip negocia sua agenda interna com a agenda dos outros capítulos nacionais para resultar em uma agenda da Aliança Social Continental (VIGNA, 2015, p. 178).

Nesse sentido, o autor explica que a REBRIP atua ao mesmo tempo em duas frentes que se interseccionam. A primeira se relaciona com o governo brasileiro e a disputa para conquistar espaço na participação de negociações internas de tratados de livre comércio. Na segunda, a Rede trabalha no sentido de ampliar sua atuação para o âmbito da OMC, situando esta frente no cenário internacional e também regional, uma vez que as negociações de livre comércio que ocorrem no continente americano estão inseridas em um contexto global. Ou seja, a REBRIP é uma rede “que interage com as estruturas institucionais, tornando as fronteiras entre Estado e sociedade civil mais fluida” (VIGNA, 2015, p. 180).

Assim, a REBRIP vai forçando o Estado brasileiro a abrir espaço nos processos de decisão para a participação da sociedade civil organizada, sobretudo em assuntos relacionados à política externa. Essa oportunidade não diminui o fato de que inúmeras vezes somente uma parcela da sociedade civil é devidamente assimilada e consegue discutir em pé de igualdade com setores governamentais: o empresariado. É uma situação de desafio constante para a Rede e é importante lembrar que em diversas ocasiões, inclusive durante as negociações do tratado da ALCA, a Rede se colocou a favor, de maneira ativa, de que outras parcelas da sociedade civil também fizessem parte de fato das tomadas de decisão - como os trabalhadores e terceiro setor, justamente aqueles que constroem a REBRIP. Isso não torna menos importante o fato de a

REBRIP ter criado a oportunidade de ser escutada em fóruns de negociação em que o Brasil participa como OMC, BRICS, G20 e, anteriormente, a UNASUL, como aponta Vigna (2015).

Em Novembro de 2013 ocorreu o Seminário sobre a Integração Regional frente à Crise Global, entre a REBRIP, o Instituto Equit¹¹ e a CUT, no qual Fátima Mello - que já foi integrante da Coordenação Geral da Rede - destaca a necessidade de disputar ganhos e abrir espaços para que os grupos que ficam à margem da política formal (trabalhadores, os povos, camponeses, mulheres, etc), também possam ganhar com os processos de integração e que a participação destes não seja mera burocracia. Na ocasião, ela levantou a questão sobre a institucionalidade existente de participação ser um espelho da correlação de forças concreta e, nesse sentido, a REBRIP e a sociedade civil tem o espaço que é destinado para atores não hegemônicos. Essa institucionalidade não reflete o ambiente amplo de debate que compõe a sociedade civil nem inclui todas as forças sociais que deveria, por isso ela defende a opinião de que para pensar sobre a participação, especialmente na região da América do Sul, é necessário partir do princípio que as concepções e a institucionalidade existente são insuficientes. Além disso, é essencial a criação de canais públicos de disputa onde os interesses distintos estejam colocados sobre a mesa e possam ser processados.

Fátima Mello ainda lembra que estamos em uma região na qual existem gigantescas assimetrias entre os países e também dentro de cada um deles, estampadas pelas desigualdades nas concentrações de renda, de riqueza, e, claro, de poder. Dessa forma, discutir a participação nos processos de integração tem ligação direta com a discussão sobre desigualdade na região e com o viés de classe que essa discussão traz. Ainda que não seja aprofundado na presente pesquisa, é um assunto interessante e de extrema relevância, a partir do qual podemos conectar a discussão sobre desenvolvimento na região: que desenvolvimento seria este? Desenvolvimento para que e para quem? Segundo Fátima Mello, é necessário superar a ideia de projeto nacional de desenvolvimento, justamente por não existir um projeto único devido principalmente à grande desigualdade que se vê com recorte de classe.

Retomando, como Neves (2007) vai mostrar ao longo de sua pesquisa, a REBRIP acredita

que é possível alterar a lógica predominante dos atuais acordos de comércio. Para tanto, as organizações da sociedade civil não podem permanecer excluídas ou, como ocorre com algumas iniciativas regionais, incorporadas apenas formalmente, sem

¹¹ Instituto de Gênero, Economia e Cidadania Global.

nenhum peso na tomada de decisões em negociações que afetam o conjunto da sociedade. Segundo a Rede, a democratização das negociações é uma condição necessária para alterar a lógica dos acordos de integração. No entanto, considera que somente isso não é suficiente, pois também é preciso existir preocupações sociais, trabalhistas e ambientais nos acordos. Para a Rede, o comércio e os investimentos devem se subordinar aos projetos de desenvolvimento nacional definidos democraticamente pelas sociedades (NEVES, 2007, p.72).

É a partir da compreensão de que, de maneira geral, tratados de livre comércio e as negociações que ocorrem na OMC privilegiam grandes empresas transnacionais em detrimento das populações, que a Rede busca ser um núcleo no qual ocorrem articulações, diálogo e divulgação de iniciativas sociais que fazem frente aos atos de desregulamentação financeira e comercial. Em oposição à lógica liberalizante, a Rede busca alternativas de integração e desenvolvimento dos povos que sejam democráticas e sustentáveis e atua em articulação com redes latino americanas e globais, pautando o desenvolvimento ético, justo e ambientalmente saudável. Como a própria REBRIP explica em seu site, as áreas de atuação são diversas e alguns dos temas dos tratados passam por agricultura, subsídios, patentes farmacêuticas, serviços, investimentos, cooperação internacional, justiça fiscal, financiamento ao desenvolvimento, questão de gênero dentro de debates internacionais, entre outros (REBRIP, Institucional).

A REBRIP mobiliza entidades e os diversos movimentos sociais que a compõem em negociações de comércio, de integração regional, mas também negociações sobre o clima, na área de arquitetura econômica global e regulação de empresas transnacionais na perspectiva dos direitos humanos. Neves (2007), explica que a Rede traça o caminho de como tenta influenciar o governo brasileiro e os espaços nos quais ele atua - incluindo aí espaços de integração regional -, à medida que define suas prioridades e ações relevantes. É a partir de acúmulos relacionados aos setores e temas trabalhados que a Rede analisa, produz propostas e posicionamentos e consegue monitorar consequências da implementação de tais acordos no Brasil.

3.4 ESTRUTURA INTERNA DA REBRIP

As experiências anteriores de outras articulações, especialmente dos membros mais antigos, da Rede foram refletidas na organização e estrutura da REBRIP. Além disso, seu nascimento foi espelhado na forma com que os movimentos sociais dos três países norte-americanos estavam lidando com o livre comércio, por já estarem organizados de maneira mais sistematizada. Assim, os articuladores iniciais organizaram uma estrutura de rede que foi mantida e confirmada a cada novo ator integrante, que funciona conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Conforme Kjeld Jacobsen¹² afirmou em entrevista para Neves (2007), essa foi a maneira mais eficaz que as entidades participantes encontraram, uma vez que é traçado um objetivo e, a partir dele, independentemente de outros pontos divergentes, é possível encaminhar as ações de maneira conjunta.

Sendo um modelo flexível, facilita o trabalho conjunto dos diferentes atores, até porque o tema central com que a REBRIP trabalha é comércio e integração e estes assuntos tangenciam a agenda dos participantes da Rede, que vão tratar de maneira mais central sobre outros temas. Dessa forma, a atuação de uma rede como a REBRIP “permite trabalhar através de pontos focais, dando a possibilidade de se estabelecer um contato mais horizontal e permitindo a participação de diferentes tipos de atores, independente do peso social e do formato” (NEVES, 2007, p. 71).

Uma vez que a REBRIP surgiu observando outras fontes de resistência às ações do neoliberalismo e capítulos da ASC em outros países, foi possível perceber alguns problemas a serem enfrentados desde o início para que a Rede conseguisse sobreviver e atuar por mais tempo. De acordo com Bulow (2009), foi com o objetivo de diminuir as dificuldades de comunicação entre a Rede e seus participantes que uma estrutura com mais canais de participação da sociedade civil foi idealizada. É nesse sentido que a REBRIP atua com grupos de trabalho temáticos, que são relevantes ao assegurar a participação de alguns dos atores. Além

¹² Na época em que concedeu a entrevista para Neves (2007), Kjeld Jacobsen era presidente do Observatório Social, organização que analisa e pesquisa comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos dos trabalhadores. Além disso, Jacobsen foi um dos fundadores da REBRIP, secretário de Relações Internacionais da CUT e também secretário internacional da prefeitura de São Paulo entre 2001 e 2004.

disso, foi percebida a necessidade da criação de espaços mais especializados de discussão para que as entidades participantes da Rede compreendessem tanto as informações políticas quanto as informações técnicas relacionadas às negociações oficiais.

No ano de 2002 foram criados os grupos de trabalho relacionados aos seguintes temas: Agricultura, Serviços, Propriedade Intelectual, Comércio e Meio Ambiente e Gênero. Atualmente, de acordo com o próprio site da Rede, ainda existem cinco grupos, porém apenas dois continuaram abordando os mesmos temas desde sua criação, que são os GTs de Gênero e Propriedade Intelectual. Os demais GTs atualmente são sobre Sistema Financeiro, Justiça Fiscal e Transnacionais e Direitos Humanos (REBRIP, 2021). Os primeiros GTs guardam relevância para a mobilização já existente durante o processo de negociação da ALCA, pois através destes grupos de trabalho e devido a sua pluralidade, a REBRIP conseguiu inserir no debate sobre a resistência ao acordo diversos grupos que não estavam mobilizados e que não fazem parte da Rede oficialmente.

Apesar de sua importância para o funcionamento da Rede e como ação de mobilização para além dela, não é fácil encontrar informações atuais e dados relevantes sobre os grupos de trabalho internos à REBRIP, que não estejam em seus boletins. O problema é que muitas vezes o relato do boletim é feito de forma resumida e pode não constar informação sobre todos os GTs em todas as edições do boletim. A exceção é o GT sobre Propriedade Intelectual, que possui uma página mais ativa nos meios eletrônicos (no próprio site da Rede) e, por consequência de ser o GT que mais mostra seu trabalho para não integrantes, é o mais estudado ou citado em estudos da área.

Estes boletins servem como forma de divulgar as ideias, análises conjunturais e as próximas ações da Rede e passou a ser organizado a partir do ano de 2005. Membros da REBRIP contribuem com análises da Rede sobre as ações de Estados e instituições que buscam o livre comércio e abordam, ainda hoje, os principais assuntos de integração e as principais negociações comerciais do momento em que é lançado. O terceiro capítulo traz uma análise mais aprofundada de alguns boletins, em aspectos que tangem essa pesquisa.

A REBRIP, apesar de ser uma rede que se esforça para funcionar de forma nivelada entre seus membros, possui instâncias internas que buscam organizar o trabalho conjunto das

entidades participantes e que são eleitas a cada período. As instâncias são a Assembleia Geral, a Coordenação Geral e a Secretaria Executiva. Neves (2007) faz um resumo sobre as três instâncias e mostra que a Assembleia Geral se reúne a cada dois anos, sendo a instância máxima da Rede que nomeia a Secretaria Executiva e aprova o plano de ação dos dois anos posteriores, elaborado pela Coordenação Geral. Além disso, avalia o plano de ação que foi posto em prática nos dois anos anteriores, elabora políticas de atuação da Rede e aprova a entrada de novos membros.

A Coordenação Geral, além de elaborar o plano de ação, trabalha em conjunto com a Secretaria Executiva, orientando-a politicamente - e à toda Rede, de acordo com as indicações feitas pela Assembleia Geral. É a instância que faz projetos para captação de recursos e que define como a REBRIP é representada em eventos nacionais e internacionais.

Ela é composta por um número ímpar de associadas efetivas escolhidas na Assembleia Geral, e tem um mandato de dois anos. Os critérios de escolha dessa coordenação são: setorial, temático e regional. Ela precisa se reunir no mínimo quatro vezes ao ano e funciona com quorum mínimo de sete dos seus membros (NEVES, 2007, p. 70).

A Secretaria Executiva, por sua vez, é a instância que executa as atividades diárias da Rede, de forma a mobilizar em torno de temas relevantes, trazer seus membros para o debate e expandi-lo.

As funções da Secretaria são as seguintes: realizar as atividades da Rede, baseando-se na decisão da Coordenação Geral e de acordo com o planejamento definido pela Assembleia Geral; apresentar um relatório anual; levantar e disseminar informações; promover e estimular ações de incidência política e a mobilização de ONGs, entidades sindicais e movimentos sociais; apoiar campanhas e facilitar a articulação da Rede com outras iniciativas de entidades regionais, nacionais ou internacionais; identificar atividades importantes para a Rede em torno de temas da conjuntura e, por fim, convocar as reuniões da Coordenação Geral com no mínimo 15 dias de antecedência (NEVES, 2007, p. 70).

De acordo com a pesquisa de Flávio F. Jesus (2016), a Coordenação Geral da REBRIP é composta, mais recentemente, pelas seguintes organizações e entidades¹³: ABIA, Actionaid Brasil, Associação Civil Alternativa Terrazul, CUT, FASE, GTA, INESC, SOF e Instituto Equit.

¹³ Das organizações ainda não citadas neste capítulo: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) e Sempre Viva Organização Feminista (SOF).

3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

É certo que o objeto de estudo desta pesquisa ocupa um *locus* na conjuntura internacional: tanto a negociação sobre o acordo da ALCA, quanto a fundação da REBRIP fazem parte de momento específico no processo de transformação do sistema econômico e social no qual vivemos. Existem grandes assimetrias entre os países do continente americano, fazendo com que cada sociedade vivencie em condições diferentes e de maneira distinta os processos vividos pela humanidade, do Alasca à Terra do Fogo. Apesar das assimetrias, os trabalhadores organizados no meio sindical e a sociedade civil organizada de cada Estado mantém discussões e cooperações com estes mesmos atores dos demais países do continente. Conforme demonstrado, isso foi o pontapé inicial para que ocorresse diálogo entre as organizações da porção sul do continente americano, com as organizações da porção central e norte - estes, os primeiros a se depararem diretamente com as negociações de livre comércio - e assim foi possível discutir ao longo de todos os países americanos a resistência ao neoliberalismo, traduzido na ALCA naquele momento.

A REBRIP, portanto, foi idealizada e passou a funcionar inserida neste cenário e por conta dele. A Rede nasceu, no contexto explicado ao longo do capítulo, da necessidade das organizações sindicais e da sociedade civil de maior intervenção nas decisões a respeito da integração, comércio e dos acordos internacionais em tais áreas. Para tanto, era necessário buscar uma maior participação dos setores interessados enquanto buscavam abrir caminho para que os movimentos tivessem voz nos fóruns oficiais de negociação. A REBRIP buscou desde seu início “promover a sensibilização, o envolvimento e a maior colaboração de diferentes setores sociais nos processos de integração” como forma de alcançar seu objetivo (NEVES, 2007, p. 72).

A criação da REBRIP marcou uma etapa relevante no que diz respeito à organização da sociedade civil brasileira por ser uma rede que tem alcance nacional, abriga e interage com organizações de base. É uma rede heterogênea pela diversidade entre seus membros e é espaço de transnacionalização da ação coletiva destes membros, por isso mesmo serviu de objeto de

estudo para esta pesquisa. A funcionalidade da REBRIP, sobretudo no seu período inicial em que as discussões sobre a ALCA estavam muito fortes, mostra que a organização entre os movimentos sociais ajuda na capacidade de aglutinar pessoas e entidades ao redor das pautas comuns, levando tais pautas adiante. A partir daqui, já que absorvemos o funcionamento da Rede e o contexto histórico em que ela foi fundada, vamos compreender como se deu a participação da REBRIP como ator ativo inserido no cenário de negociação da ALCA e parte de uma articulação continental. Assim, no terceiro capítulo será exposto de forma mais direta o acordo em si e, além disso, serão discutidas algumas das formas com que a Rede serviu como ponto de apoio na campanha de resistência contra o livre comércio e os principais meios de mobilização utilizados para tanto.

4 A ARTICULAÇÃO CONTRA A ALCA

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma tentativa de acordo internacional através do processo de negociação comercial entre 34 países do continente americano, que teve início na Primeira Cúpula das Américas, em 1994, com a presença dos chefes de Estado destes países. A exceção era Cuba, devido, oficialmente, à sua forma de governo divergir das democracias liberais dos demais países do continente. Tanto na Declaração de Princípios da I Cúpula quanto no seu Plano de Ação, é ressaltada a vontade de preservar e fortalecer as democracias representativas:

O fortalecimento, o exercício efetivo e a consolidação da democracia constituem a prioridade política fundamental para as Américas. A Organização dos Estados Americanos (OEA) é o principal órgão hemisférico de defesa dos valores e instituições democráticas; entre os seus propósitos essenciais estão a promoção e consolidação da democracia representativa, respeitado o princípio da não intervenção. A OEA adotou procedimentos multilaterais para abordar os problemas que surgem quando a ordem democrática constitucional é destruída. A fim de prevenir essas crises, a OEA deve direcionar maiores esforços para a promoção de práticas e valores democrático [...].¹⁴

Reafirmamos nosso compromisso de preservar e fortalecer nossos sistemas democráticos em benefício de todos os povos do Hemisfério. Por meio dos órgãos competentes da OEA, trabalharemos em prol do fortalecimento das instituições democráticas e da promoção e defesa dos regimes democráticos constitucionais, em conformidade com a Carta da OEA. Apoiamos os esforços desta Organização em favor da paz e da estabilidade democrática, social e econômica na região.¹⁵

Essa foi a justificativa jurídica utilizada, que considerou Cuba o único país antidemocrático do continente. Porém, a exclusão de Cuba das negociações é também baseada, na prática, em uma divergência fundamental relacionada ao seu sistema econômico quando comparado aos demais países americanos, sobretudo aos Estados Unidos, que foi o principal impulsionador da ALCA. A defesa da democracia em tais moldes está intimamente ligada com a teoria neoliberal, que, conforme demonstrado anteriormente, estava tendo alta visibilidade durante a década de 1990, convergindo com a política dos EUA de bloqueio a Cuba, nas diferentes dimensões. Desse modo, a manutenção e fortalecimento das formas democráticas liberais foi um propósito abertamente

¹⁴ ALCA. **Plano de Ação da Primeira Cúpula das Américas**. Miami, 1994b.

¹⁵ ALCA. **Declaração de Princípios da Primeira Cúpula das Américas**. Miami, 1994a.

perseguido durante o período de negociações do acordo aqui tratado e boa parcela da literatura sobre o tema revela a visão de que parte desse propósito tenha sido, desde então, a manutenção do *status quo* estadunidense, sobretudo, devido a sua influência na região latino-americana. Formalmente o principal objetivo de criação da ALCA era fazer circular de maneira livre tanto mercadorias, quanto capitais e serviços entre os países americanos e para isso pretendiam ser eliminadas, de maneira progressiva, as barreiras ao comércio e ao investimento.

A citada Declaração de Princípios também é chamada de *Pacto para o Desenvolvimento e a Prosperidade: Democracia, Livre Comércio e Desenvolvimento Sustentável nas Américas*. Isso demonstra que o acordo não trataria apenas do âmbito comercial, mas abrangeria diretamente outras áreas da vida política dos países a partir dele, o que é reiterado pelos movimentos sociais na ação de resistência ao livre comércio. Dentre as principais preocupações em relação aos efeitos que a ALCA acarretaria aos povos, havia o receio de que o acordo fosse usado como justificativa para que os governos nacionais realizassem a privatização dos serviços públicos, como saúde e educação públicas e previdência social. Estes serviços são essenciais, sobretudo para países que não atingiram níveis elevados de desenvolvimento e que apresentam grandes índices de desigualdade no interior de suas sociedades, como é o caso dos países periféricos, englobando países latino-americanos em geral e o Brasil, especificamente.

Ademais, se as negociações tivessem sido finalizadas até o ano de 2005, como era previsto, e a ALCA tivesse saído do papel, ela teria a capacidade de ser, senão a maior, uma das maiores zonas de livre comércio do mundo. De acordo com Barlow (2001) o acordo abrangeria uma população de 800 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto de US\$11 trilhões de dólares, com dados e valores da época de sua pesquisa. Porém, devido a divergências de prioridade que acarretaram dificuldades nas negociações entre alguns países, somadas às pressões políticas, consequentes das mobilizações da sociedade civil americana, o acordo não foi finalizado.

A ideia deste capítulo é compreender algumas das motivações que levaram à suspensão das negociações da ALCA. Na primeira parte do capítulo vamos analisar a movimentação que a articulação continental - da qual a REBRIP é membro - fez contra o acordo da ALCA e o livre comércio nas Américas, a partir de etapas relevantes do processo negociador oficial. Para

auxiliar na visualização dos principais acontecimentos, indicamos acompanhar a relação entre as atividades oficiais e as atividades realizadas pelos movimentos sociais através do Anexo 1, ao fim do trabalho. Na segunda etapa do capítulo, serão analisados os resultados e objetivos do movimento enquanto alternativa contra-hegemônica que a sociedade civil pôde alcançar a partir da luta contra a ALCA.

4.1 CRONOLOGIA E ESTRUTURA

O processo de negociação da ALCA funcionou a partir de uma estrutura definida nos próprios encontros decisórios, aplicada e atualizada à medida em que os órgãos oficiais achavam necessário. A estrutura da negociação era composta basicamente pelos seguintes elementos: reuniões de cúpula, chamadas Cúpulas das Américas, que eram compostas pelos chefes de Estado; Reuniões Ministeriais, encabeçadas pelos ministros responsáveis pelo comércio de cada um dos 34 países, que estabeleciam objetivos a serem alcançados; Comitê de Negociações Comerciais (CNC), que funcionou como um órgão executivo, ao orientar o trabalho dos grupos de negociação e decidir sobre a organização geral do acordo; nove grupos de negociação¹⁶ nos quais se desenvolveram as discussões sobre o acordo, que eram subordinados ao CNC; três instâncias não negociadoras, que, da mesma forma, se reportavam ao CNC - eram elas: o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, o Grupo Consultivo sobre Economias Menores e o Comitê Conjunto de Especialistas do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico; e o Comitê Tripartite que apoiou o processo de forma analítica, técnica e financeira, formado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

¹⁶ Os grupos de negociação tratavam dos seguintes assuntos: Acesso a Mercados; Investimentos; Serviços; Compras Governamentais; Solução de Controvérsias; Agricultura; Direitos de Propriedade Intelectual; Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias; e Políticas de Concorrência.

Seguiremos nesta pesquisa a divisão do site oficial¹⁷ sobre o processo de negociações da ALCA que separa os períodos da transação de forma sistemática para facilitar a explicação sobre os acontecimentos e divide-os entre fase preparatória (1994 - 1998), fase de negociação (1998 - 2002) e fase de conclusão das negociações (2002-2005). A I Cúpula das Américas foi realizada na cidade de Miami (EUA), entre os dias 9 e 11 de dezembro de 1994, dando início às discussões do acordo e à sua fase preparatória. Durante este período

[...] foram realizadas quatro reuniões ministeriais: a primeira ocorreu em junho de **1995 em Denver**, nos Estados Unidos; a segunda em março de **1996 em Cartagena**, Colômbia; a terceira em maio de **1997 em Belo Horizonte**, Brasil e a quarta em março de **1998 em San José**, Costa Rica. (ALCA, 2021, grifo nosso).

4.4.1 Fase Preparatória: a busca por diálogo

A preparação para as negociações ativas foi iniciada durante a primeira Reunião Ministerial, em 1995, e a partir dela foram estabelecidos os primeiros grupos de negociação. Além de definir data e local da próxima reunião de mesmo nível, a Declaração Conjunta, documento final da I Reunião Ministerial, tirou a posição de acolher possíveis contribuições do setor privado. Isso foi tomado como direcionamento para dar sentido de comprometimento com a transparência ao longo do processo de negociação e, de acordo com os meios oficiais da ALCA, como forma de lidar com a promoção dos direitos trabalhistas e com a proteção do meio ambiente através dos governos (ALCA, 1995). Esse tipo de limitação, que prestava atenção somente em setores privados, sobretudo empresariais, incomodava grande parte da sociedade civil.

Vale ressaltar que o acordo do NAFTA teve sua formalização no mesmo ano em que ocorreu a I Cúpula das Américas, momento em que se iniciou a discussão sobre a ALCA. Dessa forma, o debate sobre o livre comércio no continente americano estava agitado e começava a tomar proporções maiores, transbordando a porção norte do continente. As coalizões, tanto as que defendiam a ampliação da prática neoliberal pelo continente, quanto as que apresentavam ressalvas ou até mesmo se opunham a essa prática - e em seguida deram início a ação transnacional contra o livre comércio, propriamente dita - já tinham algumas ações a nível

¹⁷ Veja mais em www.ftaa-alca.org.

nacional ou regional sobre a temática e construíam meios de comunicação entre os atores domésticos.

Na II Reunião Ministerial, de 1996, o documento final da reunião reconhece “a importância do papel do setor privado e sua participação ativa no processo da ALCA” (ALCA, 1996), tendo em vista que esse encontro de ministros levou em consideração conclusões do setor analisadas no Foro Empresarial das Américas, ocorrido anteriormente. A posição foi de orientar consultas ao setor empresarial para a preparação da Reunião Ministerial seguinte, devido, mais uma vez, ao seu compromisso com a transparência no processo da ALCA. Em relação à proteção ao meio ambiente e à promoção de direitos trabalhistas, mais uma vez a Declaração Conjunta tirou uma posição de “análise de como proceder” e “necessidade de considerar processos apropriados”, sem ações objetivas sobre estes assuntos.

Todas as posições anteriores em relação ao setor empresarial se mantiveram ao fim da III Reunião Ministerial, incluindo o recebimento de contribuições do III Fórum Empresarial das Américas. Fato novo no documento final deste encontro foi que, além do empresariado, novos setores da sociedade civil foram citados. Houve orientação por parte dos ministros para que fossem abertos meios de diálogo com estes setores até então deixados completamente de fora do acordo, como demonstrado abaixo:

Reiteramos nosso compromisso com a transparência no processo da ALCA. Nesse sentido, consideramos importantes para nossas deliberações as contribuições prestadas por participantes interessados de nossas sociedades civis, inclusive dos setores trabalhistas. Da mesma forma, instamos todos os países a levá-los em consideração por meio de mecanismos de diálogo e consulta. (ALCA, 1997).

Paralelamente à essa ministerial, também na cidade de Belo Horizonte, ocorreu o Fórum Sindical Nossa América. Discutido no capítulo anterior, esse Fórum é um acontecimento crucial para os termos desta pesquisa, pois sua declaração final foi o estopim de lançamento da Aliança Social Continental e este foi o movimento que, mais tarde, serviu como berço da REBRIP. A partir do ano de 1997 a ASC tornou-se o principal órgão impulsionador das Cúpulas dos Povos que funcionam como cúpulas alternativas e por isso acontecem de maneira concomitante a reuniões internacionais de alto nível, como as próprias Cúpulas das Américas. Até este momento, os movimentos sociais que davam os passos iniciais na sua organização transnacional não tinham de forma comum a posição de negação à ALCA. Pelo contrário, almejavam alcançar o diálogo

com as estruturas formais da negociação para que suas considerações fossem recebidas da mesma forma que já acontecia com o setor privado empresarial. Os movimentos sociais planejavam condicionar as negociações, na esperança de que questões consideradas fundamentais a eles fossem acolhidas pelo acordo (Berrón, 2007).

Talvez pelo que pareceu ser uma tentativa de ampliação na contribuição de atores sociais com o processo de negociação, talvez pelo lançamento da ação continental de forma mais coordenada por parte dos movimentos sociais, ou por uma mistura desses dois fatores, é considerado que “[é] a partir desse momento que a ALCA começa a ganhar força nos meios de comunicação e a orientar as expectativas favoráveis ou contrárias dos grupos organizados presentes nos vários países” (VIGEVANI; MARIANO, 2005, p. 27).

O ano de 1998 foi agitado para os envolvidos no acordo. A IV Reunião Ministerial definiu vários pontos que permaneciam em aberto em relação à estrutura da negociação e foi aqui que os nove grupos de trabalho finais foram definidos, além do estabelecimento do próprio CNC. Sobre a participação da sociedade civil no processo negociador, percebe-se que aquilo que começou a ser recomendado na III Reunião, estava sendo ampliado agora na IV. O documento final dessa ministerial fala de forma mais abrangente do que o anterior sobre a sociedade civil, apesar desta não ser colocada em pé de igualdade com o setor empresarial. A Declaração Conjunta desta ministerial trata a questão da sociedade civil nos seguintes termos:

Reconhecemos e acolhemos os interesses e preocupações expressos por diferentes setores da sociedade em relação à ALCA. O setor empresarial e outros setores produtivos, grupos trabalhistas, ambientais e acadêmicos têm se mostrado particularmente ativos nessa questão. Incentivamos esses e outros setores da sociedade civil a apresentarem seus pontos de vista sobre as questões comerciais de forma construtiva. (ALCA, 1998a)

Nesse sentido, foi constituído o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil, a partir da IV Ministerial, cuja função era receber contribuições dos diversos setores citados. Até a III Ministerial ocorreram movimentos internos à negociação a respeito da participação da sociedade civil, porém sempre a passos lentíssimos. Ainda assim, podem ser considerados reflexos das primeiras movimentações sociais em torno do acordo - da mesma forma, estas não aconteciam, até então, de maneira apressada. Especialmente após a criação da ASC os movimentos sociais passaram a estar mais coordenados entre si e a sociedade civil passou a debater de forma mais incisiva sobre o acordo da ALCA. A criação do Comitê por

parte da estrutura negociadora pretendia servir como uma resposta mais objetiva às demandas da sociedade civil, mas como veremos ao longo do capítulo, tal ação não foi suficiente.

4.1.2 Fase de Negociação: disputa de ideias no movimento continental

Por recomendação da IV Reunião Ministerial, a partir da II Cúpula das Américas, que também ocorreu em 1998, as tratativas da ALCA tiveram início formal, abrindo a fase de negociação. Nos documentos finais dessa Cúpula definiu-se que até o ano 2000 a negociação deveria alcançar progressos significativos. Além disso, percebe-se mais um resultado das pressões por parte dos movimentos sociais do continente na sua busca pela ampliação do diálogo. Temas como direitos básicos dos trabalhadores e das populações indígenas não haviam sequer sido mencionados no documento final da I Cúpula, ocorrida quatro anos antes, e, por sua vez, já aparecem no Plano de Ação tirado na II Cúpula das Américas, como tópicos específicos e objetivos a serem alcançados pelos governos nacionais (ALCA, 1998b).

A organização da sociedade civil passou a acontecer de forma mais acelerada após o lançamento da ASC e um ano depois ocorreu a I Cúpula dos Povos, contrabalanceando a II Cúpula das Américas. As duas Cúpulas, inclusive, aconteceram na mesma cidade: Santiago (Chile). A Aliança tinha, já nesse período, diversas organizações espalhadas pelo continente que a compunham, os chamados capítulos nacionais da ASC. No Brasil, foi também no ano de 1998 que a Rede Brasileira pela Integração dos Povos foi lançada como o capítulo brasileiro da ASC, a partir da citada *Conferência Democracia, Participação e Dimensão Social nos acordos de Integração*. Desde então, a REBRIP cumpre o papel de ponte entre os movimentos brasileiros e as pautas discutidas aqui e entre as redes latino-americanas e internacionais que, da mesma forma, são voltadas às discussões de livre comércio, negociações comerciais e integração regional, a partir de um olhar que difere do olhar hegemônico.

Assim, a sociedade civil brasileira passou a compor de forma sistemática a organização a nível continental que se estruturava. Outro fator relevante é que em alguns países do continente existem mais de uma organização ou entidade que integra a ASC, enquanto no Brasil, até hoje, este papel cabe apenas à REBRIP. No Canadá, por exemplo, são três as organizações e no Peru,

cinco¹⁸. A REBRIP agrega, de fato, os setores da sociedade civil brasileira que demonstrem interesse em tais temas e queiram fazer parte das pautas levantadas pela ASC.

Retomando a cronologia dos fatos, a V Reunião Ministerial ocorreu em 1999, mesmo ano em que a ASC formalizou sua estrutura e funcionamento. No documento final desta Ministerial é citado mais uma vez o Comitê que trata sobre a participação da sociedade civil, já em funcionamento, e os ministros orientam que ele seja mantido até quando durarem as negociações da ALCA, como meio de receber diversos pontos de vista das organizações sociais dos países envolvidos, servindo de consulta ao processo (ALCA, 1999). Porém, o que ocorreu de mais relevante neste ano provavelmente não foi algo interno ao processo de negociação, mas algo relacionado ao âmbito maior, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Enquanto a Ministerial para tratar sobre a ALCA ocorreu em Toronto (Canadá) no mês de novembro, em dezembro do mesmo ano ocorreria a Terceira Conferência Ministerial da OMC, na cidade de Seattle (EUA).

O episódio que ficou conhecido através da mídia como “batalha de Seattle”¹⁹, foi uma grande manifestação de rua contra o acontecimento da Conferência da OMC. A manifestação de Seattle reuniu diversos grupos de militantes e também ativistas independentes. Portanto, eram amplos grupos de atores, divergentes entre si e que utilizaram estratégias distintas ao longo do protesto. Mas o que prevaleceu foi o entendimento de que o *boom* de criação dos blocos econômicos, que marcaram especialmente os anos 1990 e 2000, estavam inseridos no escopo de um projeto maior da economia global, conduzido pelas grandes instituições internacionais. Os acontecimentos em Seattle tiveram grande repercussão através das mídias ao redor do mundo, alimentando a opinião pública internacional que exigia maior transparência em torno das discussões econômicas e tornou-se, ao menos momentaneamente, mais crítica a esse tipo de agenda. Dessa forma, a “batalha de Seattle” cumpriu o papel de pressão às instituições internacionais, como OMC, FMI e o Banco Mundial. Instituições essas, que muitas vezes

¹⁸ As organizações do Canadá que compõem a ASC são Common Frontiers, Canadian Labor Congress (CLC) e Réseau Québécois sur l'intégration Continentale (RQIC - Québec) e as que compõem o Peru são ASC Perú, Mujeres y Economía, Confederación General de Trabajadores de Perú (CGTP), Confederación Nacional Agraria e a Confederación Nacional de Comunidades del Perú afectadas por la Minería (CONACAMI), de acordo com o site da ASC: <http://www.asc-hsa.org/>.

¹⁹ Veja mais em: www.cafehistoria.com.br/a-batalha-de-seattle-antiglobalizacao/. Acesso em: jul. de 2021.

disputam poder com os Estados Nacionais e são parte de um regime internacional que é perseguido com afinco ainda hoje.

Por outro lado, os dirigentes de movimentos sociais considerados mais organizados e maiores do que aqueles que estiveram em Seattle, também foram fortemente pressionados. Afinal, o que alguns grupos perceberam mais rápido do que outros foi que os processos decisórios da OMC eram guiados pela agenda neoliberal, assim como os acordos do modelo da ALCA. O fato deste não estar descolado daquele nunca foi tratado como informação sigilosa, tendo inclusive uma passagem na Declaração Conjunta da ministerial de Toronto²⁰ sobre o tema:

Reiteramos o nosso compromisso com o sistema de comércio global, baseado no direito, sob a égide da OMC, e o nosso apoio ao lançamento de novas negociações multilaterais na Terceira Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Seattle no mês de dezembro. Ao reconhecermos que os processos da ALCA e da OMC estão relacionados, salientamos o objetivo distinto das negociações da ALCA - que é a criação de uma Área de Livre Comércio de forma consistente com as disposições relevantes da OMC. Reiteramos, portanto, nossa intenção de prosseguir com as negociações da ALCA com intensidade e de acordo com o cronograma estabelecido (ALCA, 1999).

Ainda assim, diversos setores da sociedade civil que apresentavam receios em relação à ALCA, não estendiam as mesmas opiniões ao âmbito da OMC, por estarem focados em questões do continente americano, somente. O predomínio do pensamento dentro da ASC, até então, refletia tal ideia. Isso explica, em parte, as razões de a ASC não ter sido um ator de peso nas manifestações de rua de Seattle. Berrón (2007) cita ainda o fato de a Aliança estar desatenta ao livre comércio enquanto uma questão mundial; em segundo lugar, a ASC não teve fôlego para organizar uma ida estruturada à Seattle, uma vez que estava focada em realizar o contraponto à V Reunião Ministerial da ALCA, ocorrida um mês antes e que era sua prioridade, como podemos imaginar a essa altura. Além disso, a manifestação em Seattle foi organizada por movimentos que até então não tinham participado das ações contra o acordo da ALCA e eram mais radicais que a própria ASC (BERRÓN, 2007).

Tais elementos fizeram com que a II Cúpula dos Povos, programada para o ano de 2001, na cidade de Quebec (Canadá), sofresse constrangimentos novos, além daqueles sentidos pela Cúpula dos Povos anterior. Todo esse processo pressionou a ASC a tomar posição mais assertiva em relação ao projeto da ALCA e auxiliou a Aliança e seus membros a enxergarem que apenas os

²⁰ A relação ALCA-OMC é reiterada a cada documento oficial das Reuniões Ministeriais seguintes.

meios de consulta - afinal, a estrutura oficial de negociação do acordo não parecia disposta a ceder além deste limite -, não eram suficientes para fazer a defesa dos povos dos países americanos frente ao avanço do livre comércio. Assim, no mês de abril de 2001 aconteceu tanto a II Cúpula dos Povos, quanto a VI Reunião Ministerial e a III Cúpula das Américas, também na cidade de Quebec.

Entre esses três importantes eventos, a Reunião Ministerial foi a primeira a acontecer e chegou a algumas decisões inéditas. Pela primeira vez seria lançada de forma pública a minuta do acordo nas quatro línguas oficiais, após a realização da III Cúpula das Américas. Somado a isso ficou decidido que ao fim de cada Cúpula seriam divulgados os resultados alcançados pelas negociações, como forma de atenuar “consideravelmente a preocupação pública a respeito da ALCA” e estabelecer “novos padrões de transparência nas negociações comerciais” (ALCA, 2001a). Em momento anterior, o Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil abriu um período de consulta, por meio de edital, e recebeu contribuições apresentadas por organizações e indivíduos da sociedade civil dos países participantes do acordo. Porém essa ação foi voltada para a questão da transparência e não cobriria, necessariamente, a participação de ideias opostas ao pensamento hegemônico neoliberal.

Mais tarde, no mesmo mês, aconteceu a Cúpula das Américas e a Cúpula dos Povos. A declaração final da III Cúpula das Américas dá um foco considerável para a questão da defesa da democracia no continente americano e provavelmente isso se deve, somado às questões citadas no início do capítulo, ao momento político vivido pela Venezuela desde a Cúpula anterior, que culminou com a eminência de Hugo Chávez à presidência do país. Além disso, em alguns pontos da declaração em que era reforçada a defesa ativa da ordem democrática, o documento acrescenta uma observação, de que a “Venezuela reserva sua posição” (ALCA, 2001b). O que interessa aqui é demonstrar que diversas questões começam a pesar sobre o progresso do acordo - além do arsenal, em construção, dos movimentos sociais do continente.

Outro fator interessante é o objetivo de desenvolver a cooperação entre os países americanos para lidar com o HIV e combater a Aids e suas consequências para as populações, descrito na Declaração e que foi citado pela primeira vez em um documento oficial de uma

Cúpula das Américas. Este tópico foi destacado aqui, pois a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) faz parte do Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual (GTPI) da REBRIP, criado também no ano de 2001. Mais tarde a ABIA se tornou a entidade responsável por secretariar este GT.

Concomitantemente, acontecia a II Cúpula dos Povos que foi acompanhada de atos de rua para confrontar o acontecimento da III Cúpula das Américas. Nesse momento a ASC foi um ator relevante para a mobilização, mas não foi o único, já que outros grupos de ativistas, mobilizados desde Seattle, também estiveram nos atos, dessa vez em Quebec. Vale ressaltar que, foi no início de 2001²¹ que, pressionada, a ASC emitiu uma declaração com um posicionamento mais firme e contrário ao acordo da ALCA²². Mas os constrangimentos sobre o posicionamento da ASC não diminuam e foi neste momento que as pressões que já aconteciam fora passaram a acontecer também por dentro da Aliança, com setores internos defendendo que a oposição à ALCA fosse feita de maneira mais explícita. A partir daí, surge a palavra de ordem “Não à ALCA” e a “ideia de que era preciso criar uma campanha continental contra a ALCA” (BERRÓN, 2007, p. 46). Foi ainda no ano 2001, mês de setembro, que a REBRIP formalizou sua existência enquanto rede ativa nas discussões sobre a ALCA e o livre comércio, através da realização da sua primeira Assembleia Geral.

4.1.3 Fase Final: alinhamento da resistência e suspensão das negociações

A VII Reunião Ministerial, ocorrida em 2002, iniciou a fase final da negociação e orientou todos os países do continente a fortalecer seus processos de consulta em nível nacional, como forma de aumentar a participação da sociedade civil no processo da ALCA. Ao mesmo tempo, eventos semelhantes àqueles que os movimentos sociais vinham organizando nos anos anteriores - como seminários abertos, regionais e nacionais - passaram a ser estimulados pelos ministros (ALCA, 2002). Tal atitude é reflexo do caldeirão de acontecimentos do último período no continente. Ainda em 2001, ocorreu o I Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA, em

²¹ Alguns meses antes, portanto, do acontecimento da II Cúpula dos Povos.

²² Berrón (2007) sinaliza que no ano anterior a ORIT já havia tomado posição parecida, o que com certeza também teve influência sobre a ASC.

Cuba. Alcançado o entendimento, por parte dos atores não negociadores, de que a ALCA era um acordo parte do guarda-chuva da política da OMC, o Estado cubano também passou a ser contrário ao acordo. Assim, Cuba busca somar na luta relacionada tanto ao acordo em si, quanto ao livre comércio de maneira ampla - mesmo sendo o único país do continente a não participar das negociações. O episódio da seguinte maneira:

Esse encontro nasceu também da mudança do governo cubano em relação à ALCA – nos primeiros anos reclamava da exclusão –; este passaria a se envolver com o movimento continental que tinha chamado a atenção do próprio Fidel Castro a partir das jornadas de Quebec. (BERRÓN, 2007, p. 47).

A partir do Encontro Hemisférico e como resultado das pressões sentidas pela ASC, somado ainda com o fortalecimento de alguns outros atores, como a própria REBRIP, foi criada a Campanha Continental de Luta contra a ALCA. A campanha, estruturada a partir da ASC e suas organizações, contou também com outras entidades que não fazem parte da Aliança. Foi estipulada uma Coordenação de Campanha que aproveitou o acontecimento do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil), no mês de janeiro de 2002, para lançar uma consulta continental a respeito da ALCA, lançando assim a própria Campanha Continental. Mais tarde, em setembro de 2002, aconteceu a consulta à população brasileira, bem como em outros países do continente. As consultas foram acompanhadas de mobilizações de rua, como forma de expandir sua visibilidade. Para fins de comparação temporal e conforme indicado no Anexo 1, a VII Reunião Ministerial aconteceu no mês de novembro daquele ano.

O principal objetivo da consulta foi o de ampliar, de forma qualitativa, as informações e conhecimentos trocados nas atividades que os próprios movimentos sociais realizavam ao longo dos anos sobre o tema e difundir quais seriam, na visão destes atores, as consequências para as populações caso o acordo da ALCA entrasse em vigor. Em conjunto à Campanha Continental, nasceu a Campanha Nacional contra o acordo, que compartilhava dos objetivos a serem alcançados. Funcionando quase como uma instância, foi ela que colocou em prática a consulta no Brasil em formato de plebiscito informal, episódio em que a REBRIP foi ator ativo. Sobre a forma, Suylan Silva (2008) diz que

[...] a Campanha Continental nos primeiros anos acaba tendo um aspecto mais informativo e de fortalecimento da sociedade civil, impulsionando o debate sobre a Alca em todo o Hemisfério, enquanto a Campanha Nacional se volta principalmente para o Plebiscito Popular, gerando um debate em âmbito nacional por meios de cursos massivos de formação (SILVA, 2008, p. 71).

A consulta popular, no Brasil, foi amplamente registrada pela mídia nacional. De acordo com a Agência Brasil (2002) o plebiscito contou com três perguntas, das quais duas diretamente sobre a área de livre comércio e uma sobre a base de Alcântara, já em discussão no Congresso Nacional da época. Os integrantes da campanha contra o acordo queriam saber da população se o governo brasileiro deveria assinar o tratado da ALCA, se este mesmo governo deveria permanecer nas negociações da ALCA e, por último, queria saber a opinião dos participantes da consulta sobre a permissão de uso da base de lançamento de Alcântara por parte dos EUA - o que ficou conhecido como cessão da base de Alcântara.

É importante ter em mente que apenas pessoas que estavam aptas a votar nas eleições executivas e legislativas puderam participar do plebiscito organizado pelos movimentos sociais. Nesse sentido, o dado trazido pela reportagem do portal Uol (2002), é bastante relevante, pois explicita que um pouco mais de 10 milhões de pessoas responderam à consulta, representando quase 10% do eleitorado que poderia participar das eleições nacionais, ocorridas ao fim daquele ano. Mais expressivo ainda, foi o resultado final de cada uma das perguntas respondidas. 98% dos votantes acreditavam que o governo brasileiro não deveria assinar o acordo e 96% entendiam que o governo não deveria nem mesmo permanecer nas negociações da ALCA, encerrando a participação brasileira naquele momento. Por último, mais de 99% dos votantes eram contrários à cessão da base de Alcântara²³.

A movimentação da campanha nacional e também continental, com diversas atividades de mobilização que culminaram na expressiva votação da consulta em forma de plebiscito, foi um peso importante a mais nos ombros dos negociadores da ALCA. A REBRIP, além de constituir a ASC e as campanhas contra o acordo, cumpriu tarefas mais específicas na construção do plebiscito. Fátima Mello²⁴, em entrevista para Suylan Silva (2008), esclareceu que a Rede tinha o entendimento de que não era uma entidade de massas e não tinha uma categoria de base como acontece com os sindicatos, por exemplo. Então a REBRIP cumpriu, dentro da Campanha Nacional contra a ALCA, o papel de suporte para a criação de material de formação e fazia o monitoramento técnico das negociações, enquanto demais entidades e organizações que

²³ Dados divulgados pela Agência Brasil. Veja mais em: memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/587756. Acesso em: jun. de 2021.

²⁴ Na época, Secretária Executiva da REBRIP.

tinham acesso mais direto à população - como por meio das categorias de trabalho - ficavam encarregadas da mobilização propriamente dita.

Após a consulta nacional à população, aconteceu apenas mais uma Reunião Ministerial para discutir a ALCA, no ano de 2003. A Declaração final da VIII Reunião fala da necessidade de flexibilidade para poder ouvir os anseios de todos os “parceiros” da ALCA. Tem-se ainda o fato de que o Brasil, nesta etapa final de negociações, compartilha a presidência do acordo com os EUA, formando a chamada co-presidência. Mesmo assim, as iniciativas que a estrutura das negociações da ALCA estavam dispostas a tomar ficaram já muito abaixo das exigências dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, que a essa altura pronunciavam abertamente sua oposição ao acordo da ALCA por completo.

Deveria acontecer ainda uma próxima Reunião Ministerial no ano de 2004, no Brasil, mas ela foi adiada diversas vezes devido a impasses sobre subsídios à agricultura e nunca foi realizada. Em janeiro de 2004 ocorreu uma Cúpula das Américas extraordinária, mas foi em novembro de 2005, na IV Cúpula que as negociações da ALCA ficaram suspensas. Esse fato é visto como vitória dos movimentos sociais por parte da ASC, da REBRIP e das demais entidades que compuseram a grande campanha contra o acordo. O entendimento é de que a grande mobilização a nível continental atingiu seu principal objetivo imediato, pressionando para que os países do continente não concluíssem as negociações e que o acordo da ALCA não fosse ratificado por cada país - ainda que outras forças sociais internas aos países americanos também tenham se colocado contra o acordo e pressionado a sua suspensão.

4.2 O MOVIMENTO COMO FORÇA CONTRA-HEGEMÔNICA

Nos últimos anos de negociação da ALCA o processo andava a passos lentos. O acordo estava emperrado devido a impasses, sobretudo entre Brasil e EUA, a respeito de algumas questões, como propriedade intelectual, industrial e agricultura (REBRIP, 2005a). Enquanto isso, outras negociações começavam a se encaminhar pelo continente. Eram, sobretudo, acordos

bilaterais - envolvendo países isolados ou blocos regionais menores já existentes nas Américas - que tinham o mesmo cunho da ALCA e também estavam sob o guarda-chuva da OMC, porém acabavam sendo acordos de menor dimensão.

No primeiro boletim da REBRIP, lançado em maio de 2005, a seção dedicada à ALCA informa que a reunião de co-presidentes (Brasil e EUA) que deveria ocorrer nos primeiros meses daquele ano havia sido adiada mais uma vez, demonstrando a falta de progresso nas negociações. Ao mesmo tempo, os esforços de parte da diplomacia estadunidense naquele período estavam voltados para a ratificação de um acordo com a porção central do continente, o Acordo de Livre Comércio com a América Central (CAFTA, na sigla em inglês). No boletim de número 6 a REBRIP explica essa situação:

Na Cúpula das Américas, que aconteceu na cidade de Miami em novembro de 2003, foram acordados dois patamares de negociações para a ALCA: um primeiro em termos de um acordo geral e um segundo seriam acordos bilaterais ou plurilaterais de comércio específicos nas áreas não contempladas pelo acordo geral, ou aprofundando aspectos do acordo geral, sob amparo da ALCA. Desde então, os países, principalmente os Estados Unidos, vêm conseguindo caminhar em direção à liberalização comercial travando negociações com outros parceiros do continente, como é o caso dos acordos do CAFTA e das negociações com os países andinos, excluindo a Venezuela (REBRIP, 2005e).

Mesmo com o resultado positivo que tiveram as pressões realizadas pela Campanha Continental contra a ALCA, ajudando a travar as negociações de “primeiro patamar”, a Rede entende que as negociações de “segundo patamar” do acordo prosseguiram. Assim, o fortalecimento do livre comércio no continente americano continuava, ainda que não na forma de um acordo geral envolvendo todos os países. No sexto boletim é considerado que a liberalização no continente poderia ocorrer, mesmo que sem a participação do Mercosul. Este bloco, por sua vez, estava se fortalecendo no início dos anos 2000 e era a prioridade de seus países membros, situação que trouxe divergências sobre os termos do acordo. Relevante ressaltar que o Brasil é um ator importante no âmbito do Mercosul e, da mesma maneira, ator importante nas negociações da ALCA e não parecia estar disposto a priorizar a ALCA em detrimento do bloco já formalizado, caso fosse necessário para fechar o acordo.

Sobre a participação oficial do Brasil no processo da ALCA, diversas literaturas demonstram que o país tinha interesse em discutir tratados de livre comércio, mas que não via necessidade de o fazer de forma acelerada ou que as negociações tivessem início imediato à I Cúpulas das

Américas. Assim, o Brasil parece ter sido cauteloso com a ALCA desde seu início. De acordo com Vigevani e Mariano (2005), o fato de o país participar das negociações ao mesmo tempo em que evitava acelerar as questões comerciais e outros temas, era uma estratégia da diplomacia de não se envolver tão profundamente naquele momento, ainda que quatro reuniões de Vice-Ministros tenham ocorrido em capitais brasileiras somente no ano de 1996.

Somadas a essas questões, o início de 2003 trouxe o acesso de uma nova coalizão social à presidência do Brasil. Tal mudança é relevante, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) e o próprio Luíz Inácio Lula da Silva, recém eleito pelo partido naquele ano, sofrem grande pressão de sua base de eleitores, composta amplamente por movimentos sociais. Boa parte dessa base participou ativamente da Campanha Continental e Nacional contra a ALCA, bem como alguns setores do próprio partido. Ainda assim, é sensato pontuar que a política colocada em prática no governo Lula não se opunha ao livre comércio de maneira ampla. Sua política foi, de fato, priorizar a integração comercial e diplomática com países do sul global, a começar pela região da América do Sul. Mas tais arranjos não aconteceram fora do âmbito da OMC, por exemplo.

No nível empresarial poderia ser vantajoso para os países latinos a adesão ao acordo da ALCA, pois ele abriria portas para o grande mercado norte-americano. Porém, a principal possibilidade levantada por diversos setores, inclusive internos ao Brasil, é, simplificada, a de que com a redução das tarifas alfandegárias, os produtos estadunidenses invadiriam em massa os mercados dos demais países, deixando os preços altamente competitivos. Assim, a indústria brasileira, e dos países latino-americanos no geral, corria o risco de perder mercado e ser massacrada devido à concorrência com as indústrias mais preparadas do norte. As populações acarretariam diretamente com todas as consequências negativas a que essas ações levariam.

Ainda que o governo brasileiro anterior, de Fernando Henrique Cardoso - eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL)²⁵ e segundo mandato pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)²⁶ -, levasse o processo de negociação da ALCA já com certa cautela, o governo Lula compartilhava dos receios, em relação aos malefícios ao Brasil, com a sociedade civil e não

²⁵ O PFL existe atualmente como o partido Democratas (DEM).

²⁶ Já o PMDB atualmente voltou a ser chamado por seu nome inicial, que é Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

parecia desejar o acordo da ALCA da maneira como ele foi traçado. Mais importante, o novo governo sofria pressões diretas dos movimentos sociais, mais fortes do que as pressões sentidas pelo seu antecessor.

Divergências sobre os termos do acordo aconteceram entre setores nacionais de cada país e entre os negociadores do continente. Ao mesmo tempo em que a Declaração final da IV Cúpula das Américas deixava explícita a dificuldade de consentimento entre alguns membros para a concretização do acordo, especificamente no seu 19º parágrafo²⁷, ela orienta os Ministros responsáveis pelas negociações comerciais que voltem a se reunir no ano de 2006, na tentativa de superar as dificuldades e avançar nas negociações. As negociações não avançaram, mas naquele momento os movimentos sociais compreenderam que era preciso continuar atentos aos próximos passos relativos ao acordo geral da ALCA, bem como aos demais acordos bilaterais em curso no continente (REBRIP, 2005e).

Depois de sofrer fortes pressões de diversos setores da sociedade civil e, principalmente, após o resultado da consulta continental, a posição da ASC era oficialmente a de negar a ALCA. Agora existia uma parcela do movimento que defendia a necessidade de ir além na sua posição, uma vez que os demais acordos se mantinham no escopo da OMC e da política neoliberal. Na visão desta parcela, os movimentos sociais precisavam deixar de ser um agrupamento do “não” e construir uma alternativa ao modelo vigente. Deveriam visar, portanto, a construção de um modelo contra-hegemônico, mostrando que outras formas de integração dos países é possível. Nesse espírito é organizada a III Cúpula dos Povos, ocorrida em paralelo à IV Cúpula das Américas, no mês de novembro de 2005.

De acordo com boletim da REBRIP, nos meses anteriores à Cúpula eram desenhados três caminhos de discussão por parte dos movimentos sociais do continente. A ASC apresentava uma

²⁷ 19. A. Algunos miembros sostienen que tengamos en cuenta las dificultades que ha tenido el proceso de negociaciones del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), y reconozcamos la contribución significativa que los procesos de integración económica y la liberalización del comercio en las Américas pueden y deben aportar al logro de los objetivos de la Cumbre de crear trabajo para enfrentar la pobreza y fortalecer la gobernabilidad democrática.[...] Instruimos a nuestros responsables de las negociaciones comerciales a reanudar sus reuniones en el curso del año 2006, para examinar las dificultades del proceso ALCA, a fin de superarlas y avanzar en las negociaciones, de acuerdo con el marco adoptado en Miami, en noviembre de 2003. [...] B. Otros miembros sostienen que todavía no están dadas las condiciones necesarias para lograr un acuerdo de libre comercio equilibrado y equitativo, con acceso efectivo de los mercados, libre de subsidios y practicas de comercio distorsivas y que tome en cuenta las necesidades y sensibilidades de todos los socios, así como las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías. (ALCA, 2005).

proposta chamada de Alternativa para as Américas, enquanto a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) foi apresentada como iniciativa venezuelana. Existiam ainda os processos de formação de blocos regionais sem a presença dos EUA e do Canadá - países do norte global e com nível de desenvolvimento acima dos demais países do continente -, que já estavam em curso e seriam levados em conta na discussão da sociedade civil. Entre esses processos podemos citar como exemplo a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Sistema de Integração Centro Americano (SICA), o próprio Mercosul citado anteriormente e a Comunidade do Caribe (CARICOM). (REBRIP, 2005d).

Em resumo, o principal objetivo da III Cúpula dos Povos era desenvolver uma alternativa de integração, que respeitasse sobretudo a soberania dos povos e se diferenciasse das concepções hegemônicas. Nesse sentido, o boletim de número 4 da REBRIP traz uma discussão sobre o que era esperado dessa Cúpula, enquanto espaço para

[...] a construção de alternativas e o fortalecimento das resistências em relação à ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – e aos demais tratados de livre comércio, ao pagamento da ilegítima dívida externa, a militarização de nosso território e a desigualdade na distribuição da riqueza. Desta forma, tem por finalidade contribuir para uma reflexão crítica sobre o projeto de dominação e saque – impulsionado pelos poderes hegemônicos – e sobre as consequências sociais, econômicas e políticas, que terá para o conjunto da população do nosso continente. (REBRIP, 2005d, p. 6).

A Declaração final da III Cúpula dos Povos cita tanto a Campanha contra a ALCA, quanto a consulta continental realizada e reafirma a conquista dos movimentos sociais ao pesar sobre o freio nas negociações do acordo. Além disso, ressalta sua posição sobre acordos entre as nações, que devem ser fundamentados em princípios como o respeito aos direitos humanos, o respeito à soberania, a cooperação, a solidariedade, a dimensão social e devem levar em consideração as assimetrias econômicas entre os países. Nesse sentido, a Cúpula dos Povos se compromete em seguir aprofundando o processo de construção de alternativas e cita a ALBA como exemplo de processo de integração regional alternativo que será desenvolvido e impulsionado pela Cúpula (CLACSO, 2005).

Como citado anteriormente, a ALBA foi uma iniciativa da Venezuela, com forte apoio de Cuba, e nasceu no ano de 2001 apresentada pelo então presidente venezuelano, Hugo Chávez, como estratégia de contraposição às pretensões da ALCA (FERREIRA, 2013). Berrón (2007) faz um apontamento importante de que a ALBA é uma iniciativa que surgiu na esfera

governamental da política, fato explicado pela “política externa venezuelana [que] na Era Chávez passa a ter um caráter de enfrentamento às relações de dominação externa e a difundir um projeto latino-americanista” (FERREIRA, 2013, p.57). De acordo com a autora, a ALBA se baseia na integração sociopolítica e o comércio acaba sendo uma consequência natural dessa integração maior, mas não é o objetivo inicial. Isso acontece porque essa alternativa de integração é baseada, sobretudo, na solidariedade e cooperação entre os países, que busariam complementar as suas potencialidades e não colocar, necessariamente, os seus interesses nacionais acima de suas necessidades.

Podemos usar as categorias de Cox (1981) para compreender que a concepção capitalista serve como a ordem hegemônica das forças sociais predominantes no plano internacional e no continente americano. Portanto, a concepção da ALBA só é possível de ser analisada fora da lógica capitalista que ordena a política mundial através das práticas neoliberais. Por exemplo, a ideia da ALBA não faz nem mesmo sentido, até o fim, se for analisada sob a ótica das principais teorias das Relações Internacionais²⁸, uma vez que foram desenvolvidas sob o ideário capitalista. É preciso enxergar as relações sociais e, logo, as relações entre Estados, sob outra ótica, para que esse tipo de integração seja possível. Nesse sentido, a ALBA se opõe frontalmente ao modelo de integração neoliberal proposto pela ALCA, que acarreta ações “como diminuição dos gastos sociais, controle dos sindicatos, disciplina orçamentária, reformas fiscais e liberalização comercial” (FERREIRA, p. 65, 2013).

Apesar de não ser exatamente a proposta desta pesquisa, é interessante pontuar as diferenças entre as ideias de integração regional apresentadas pelos diferentes governos da época, que se colocavam, cada um à sua maneira, contrários ao modelo de integração da ALCA. Para citar apenas os dois mais relevantes aqui, temos com Chávez uma alternativa que tem como horizonte a superação do capitalismo e para isso, desde sua constituição, se baseia em uma lógica diametralmente contrária à neoliberal. Por outro lado, vemos com Lula o objetivo de aumentar as relações com os países vizinhos e melhorar os índices de desenvolvimento do país a partir do que sintetiza Amorim (2013): o governo procurava, na medida do possível,

²⁸ Com “principais teorias das RI”, referimo-nos às teorias de *mainstream* da área, como as teorias do Realismo, do Liberalismo e até mesmo do Construtivismo e suas ramificações.

regulamentar as leis do mercado em benefício da sociedade, mas não almejava a saída do capitalismo.

Mesmo com essas diferenças, ambos são governos cuja coalizão social tem formação em meio aos movimentos sociais de cada país e, como já vimos, sofrem influência desses setores. Somados ainda a outros governos da América Latina dos primeiros anos da década de 2000, estas foram consideradas pelos movimentos sociais administrações em que o diálogo direto com a sociedade civil era possível. Nesse sentido,

Mar Del Plata sintetizou, portanto, as enormes potencialidades de um momento histórico único que vivemos na América Latina, onde devemos buscar as convergências entre a vitalidade dos movimentos sociais e as possibilidades de transformação abertas por parte de alguns governos, para através da unidade podermos disputar de fato modelos alternativos ao neoliberalismo (REBRIP, 2005e).

Fato importante é, além da manutenção da vitalidade dos movimentos sociais conforme citado no boletim da REBRIP, a manutenção da autonomia destes movimentos perante os governos, sejam eles de visão mais próxima à da sociedade civil, ou mais distante. Nesse sentido, toda a estrutura formada ao longo do período de luta contra a ALCA - como a ASC e a própria REBRIP, a nível nacional - cumpre um papel fundamental e ajuda os movimentos a terem uma vida orgânica, ainda que passem por momentos de maior ou menor mobilização.

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

A forma cronológica com que o capítulo foi desenhado, na maior parte, serve para facilitar a compreensão dos fatos a partir dos passos que dava a estrutura oficial de negociação da ALCA e das consequentes respostas que os movimentos sociais organizaram. À medida em que o movimento contra o acordo, especificamente, e o livre comércio, de maneira ampla, tomou corpo, deixou de ser apenas reação dos movimentos sociais e passou a uma postura mais enérgica. Isso foi resultado do posicionamento mais forte que precisou demonstrar em relação à ALCA, fruto de uma disputa de ideias dentro do movimento. É preciso pensar na ASC enquanto um local onde se encontram organizações que convergem sobre alguns pontos, mas que é

composta por diferentes identidades e origens, tornando-se, portanto, mais um lugar de disputa de pensamentos, da mesma forma que a REBRIP, mas em níveis diferentes de atuação.

Dessa forma, a cada tempo certas ideias dentro da ASC acabam tendo características hegemônicas e são disputadas, como ocorreu a partir da batalha de Seattle. Importante diferenciar as características hegemônicas em relação ao conjunto das organizações sociais, daquelas que orientam de forma dominante a política internacional. Além da posição da ASC ter se tornado mais clara em relação à ALCA, após Seattle, a Aliança colocou a OMC como tema prioritário de sua agenda, de acordo com o boletim da REBRIP de janeiro de 2006. Isso mostra o resultado dessa disputa interna que fez com que a visão sobre os acordos de livre comércio se expandisse.

Conforme demonstrado ao longo do capítulo, a estrutura de negociação da ALCA cedeu até certo limite às pressões das mobilizações, mas não estava disposta a ceder espaço maior à sociedade civil, que buscava, no primeiro momento, voz mais ativa perante os negociadores. Um grande obstáculo que pode ser percebido ao analisar os documentos oficiais de negociação, é que os negociadores da ALCA aumentaram a transparência das negociações, mas ao se tratar de participação, somente a do setor privado foi associada. O motivo fica explícito em determinadas citações ao longo do capítulo, quando o documento oficial da Reunião Ministerial de 1998 coloca nas entrelinhas que aceitaria opiniões que ajudassem a construir uma área de livre comércio no continente mas que opiniões contrárias não seriam bem vindas.

Tal ponto também ajudou na mudança de perspectiva dos movimentos que passaram a perseguir uma outra forma de integração que fosse contra-hegemônica. Nesse sentido, é destacada a ALBA que, apesar de ter nascido na esfera governamental, tem grande fundamento em discussões do movimento social latino-americano e nega os princípios neoliberais, sendo, assim, bem aceita entre as organizações sociais que organizam as Cúpulas dos Povos. Nascida no seio da luta da sociedade civil contra a ALCA e formalizada junto à ampliação do entendimento por parte dos movimentos sociais sobre as ações do livre comércio, a REBRIP pertenceu, e ainda pertence, a um esforço maior da articulação continental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos estudos da Teoria Crítica das Relações Internacionais, a pesquisa desenvolvida teve a finalidade de demonstrar que diversas organizações da sociedade civil do continente americano construíram um movimento contra-hegemônico de resistência ao acordo da ALCA e que a REBRIP é parte integrante de tal movimento, uma vez que possui características contra-hegemônicas desde sua fundação. Para que fosse possível alcançar o entendimento da temática principal deste estudo, cada capítulo foi pensado de maneira a cumprir com os objetivos específicos.

Assim, a primeira conclusão a que podemos chegar sobre o assunto é a de que existe uma relação dialética entre indivíduo e coletivo que baseia toda a formulação das identidades. Para que possamos partir da perspectiva crítica de Robert Cox, da hegemonia e suas implicações nas relações sociais, é fundamental nossa compreensão sobre o espectro das identidades na origem e manutenção dos movimentos sociais, sem limitar à observação das identidades individuais. Conforme analisado, os movimentos sociais passam por um complexo processo em que a formulação de identidades é anterior à sua existência e ao mesmo tempo está presente durante toda sua vida ativa. Essa perspectiva, somada com alterações no modo de produção mundial, causam mudanças nas conjunturas internacionais que, por sua vez, moldam novas concepções de organização por parte dos movimentos sociais e das sociedades civis organizadas. Esses setores passam a organizar-se no formato de redes, especialmente em casos que envolvam a transnacionalização dos povos.

A REBRIP é resultado prático dessas novas concepções. No início da pesquisa, nas primeiras análises das bibliografias utilizadas, a pergunta que começava a ser desenhada era: por que os movimentos sociais brasileiros haviam escolhido a REBRIP como meio de mobilização na luta contra o livre comércio? Ao longo do estudo foi possível perceber que tal questionamento havia sido formulado de maneira equivocada, pois os movimentos sociais não selecionaram a REBRIP dentre outras formas de organização ou dentre outras redes. Na verdade, estes movimentos

sociais foram criando o seu método à medida em que o acordo da ALCA progredia, à luz do contexto descrito no trabalho e a partir do entendimento do movimento a cada período (disposição de diálogo no início das discussões do acordo e mais tarde sem tal disposição), além de refletir movimentos dos setores equivalentes no restante do continente. Além disso, o estudo sobre a forma de organização da Rede fez com que pudéssemos entender sua atuação e, assim, perceber que não é a configuração com que se organiza a REBRIP que constrói a identidade de seus membros. Essa é mais uma relação dialética encontrada na pesquisa, na qual identidades prévias constroem a Rede e a própria Rede ajuda a moldar novas esferas das identidades no interior do movimento. Dessa forma, enxergamos que a REBRIP marca uma etapa relevante no que diz respeito à organização da sociedade civil brasileira.

A REBRIP também é resultado do fervor continental que foi formado pelos movimentos sociais em oposição ao acordo da ALCA. Vimos no decorrer dos capítulos que, num primeiro momento, o movimento continental conduzido sobretudo pela ASC não tinha a compreensão de que as discussões sobre a ALCA faziam parte de um universo maior, que é o livre comércio, braço do neoliberalismo. Ao menos não se posicionavam desse jeito. Os desdobramentos de Seattle, em 1999, exerceram forte pressão nos membros da ASC, fazendo com que o movimento continental existente admitisse uma postura mais enérgica em relação à ALCA e demais acordos de livre comércio na região. Assim, nossa compreensão é a de que foi a partir de Seattle que a ação transnacional dos movimentos sociais se tornou contra-hegemônica, pois foi quando passou a negar, de fato, a ação da classe hegemônica dominante, refletida no acordo da ALCA. Vale ressaltar que a REBRIP foi lançada no ano de 1998 e algumas de suas primeiras atividades, bem como sua formalização a partir do ano de 2001, ocorreram sob influência dos acontecimentos de Seattle.

Desse modo, a Rede evoluiu de um instrumento brasileiro na luta contra a ALCA para uma ferramenta de resistência às imposições do neoliberalismo - sendo essa a estrutura hegemônica mundial que conhecemos em nosso tempo - da mesma forma mas, ao que parece, mais rápido do que evoluiu o movimento continental por inteiro. Como resultado, podemos deduzir que a REBRIP é uma rede com forte potencial contra-hegemônico desde sua origem. Porém, conforme demonstrado na pesquisa, a REBRIP atua de forma a forçar o Estado brasileiro a abrir espaço

para a participação da sociedade civil em determinados processos de decisão e já foi escutada em locais oficiais de negociação, como a OMC. Sobre este aspecto, é importante lembrar algo que pode servir como um alerta por parte de Cox (1993): ao tentar modificar as estruturas históricas “por dentro”, as ideias de contra-hegemonia correm o risco de serem absorvidas a ponto de tornarem-se coerentes com o pensamento hegemônico. Não temos uma resposta definitiva para essa situação e é provável que apenas com o tempo seja possível analisar se a REBRIP está indo na direção de ser absorvida pela hegemonia dominante ou não, mas a provocação é interessante. Por outro lado, desde sua origem a Rede se propõe a buscar alternativas para a integração dos povos, incluindo aí a questão comercial. Nesse sentido, ela ajudou a discutir e divulgar a iniciativa da ALBA, destacada no terceiro capítulo por ser uma alternativa propositiva de pensamento contra-hegemônico.

Após tudo que foi discutido até aqui, é possível verificar uma relação entre as categorias teóricas de Cox - formulação de estruturas históricas - e as ações realizadas por parte dos movimentos sociais contrários ao acordo da ALCA. O fato de a hegemonia dominante da sociedade americana - e mundial - tentar construir uma área de livre comércio fez com que os movimentos sociais já existentes no continente criassem um ponto de inflexão entre si. Esse movimento voltou a acontecer com as pressões sofridas após a batalha de Seattle. Nestes dois momentos, as percepções do conjunto da sociedade civil envolvida no tema se expandiram, conforme foi analisado. Isso quer dizer que foram formadas imagens coletivas em relação ao processo da ALCA. Ao longo do tempo, os movimentos foram criando políticas alternativas de consentimento na sociedade, como as consultas em âmbito nacional e continental, em forma de plebiscito. Por esse meio e através das atividades de mobilização para as consultas, aquelas imagens coletivas foram transportadas para o restante das populações dos países do continente. Ao mesmo tempo, os modelos de pensamento da sociedade civil organizada eram ampliados a partir das pressões sofridas, inovando as imagens coletivas existentes.

Além disso, toda a estruturação do movimento de resistência contra a ALCA e o livre comércio pode ser percebida através da categoria de instituições de Cox, uma vez que elas são o resultado das ideias existentes em determinado campo e de suas capacidades, ao mesmo tempo que influenciam o desenvolvimento de novas ideias e novas capacidades materiais. Ao que

parece, a ASC, a própria REBRIP e a Campanha Continental e Nacional contra a ALCA e até mesmo a ALBA, buscam estruturar-se de maneira a desenvolver capacidades materiais e elaboração de modelos de pensamentos, assim é possível utilizar a concepção das instituições coxianas para analisá-las. Da mesma maneira, existem as instituições e demais estruturas históricas oficiais do processo de negociação da ALCA²⁹, relativas às ideias neoliberais e que tem ligação com a estratégia de manutenção da política econômica no continente. Com base nessa análise, concluímos que a estrutura criada pela sociedade civil do continente americano guarda especial importância, uma vez que ajudou, até aqui, a fomentar as capacidades materiais dos movimentos sociais e a difundir suas ideias.

É relevante ainda mencionar que as estruturas desenvolvidas teoricamente por Robert Cox - fundamentadas em seu estudo sobre o pensamento gramsciano - são visivelmente baseadas na observação da realidade. Os dois artigos do autor utilizados de referência na presente pesquisa apresentam as datas de 1981 e 1993 e percebemos que seus conceitos seguem sendo aplicados, uma vez que as categorias se repetem até o presente momento. Aqui as Teorias Críticas comprovam seu valor para a sociedade global, demonstrando que é necessário teorizar a partir da concretude prática e tendo o objetivo de retornar para a práxis e melhorar a realidade. Quando a teoria escolhida é validada pela prática, é possível superar o mundo de idealizações abstratas.

Ao fim desta pesquisa não negamos a relevância do Estado nas Relações Internacionais, mas relembremos a importância de atores não estatais na arena política. Assim, os movimentos sociais são enxergados como atores válidos que também disputam os rumos da política, com efeitos, inclusive, na política externa. Entendemos que toda pesquisa tem suas limitações, mas acreditamos que o presente trabalho servirá como importante ponto de apoio na análise do tema e esperamos que outros pesquisadores se interessem pelo assunto e busquem explorar a partir das lacunas que podem ter sido deixadas por esta monografia.

²⁹ Um exemplo é a discussão levantada no início do terceiro capítulo, a respeito da justificativa oficial para Cuba não participar das negociações da ALCA, sob argumento de ser o único país antidemocrático do continente. A defesa da democracia liberal, nos termos do livre comércio, é parte da estrutura histórica que compõe a hegemonia dominante estadunidense e mundial. O sistema político e econômico de Cuba diverge de tal hegemonia.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Fundação Perseu (org.). **Mundo do Trabalho: quem é quem. quem é quem.** 1991. Edição 15, Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. Disponível em: teoriaedebate.org.br/1991/07/05/quem-e-quem/. Acesso em: jun. 2021.

ALCA. **Declaração de Princípios da Primeira Cúpula das Américas.** Miami, 1994a. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Plano de Ação da Primeira Cúpula das Américas.** Miami, 1994b. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração Conjunta da Primeira Reunião Ministerial sobre Comércio.** Denver, 1995. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração Conjunta da Segunda Reunião Ministerial sobre Comércio.** Cartagena, 1996. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração Conjunta da Terceira Reunião Ministerial sobre Comércio.** Belo Horizonte. 1997. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração Conjunta da Quarta Reunião Ministerial sobre Comércio.** São José. 1998a. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas.** Santiago do Chile, 1998b. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração dos Ministros da Quinta Reunião Ministerial de Comércio.** Toronto. 1999. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração Ministerial da Sexta Reunião dos Ministros de Comércio do Hemisfério.** Buenos Aires. 2001a. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração da Cidade de Quebec, Terceira Cúpula das Américas.** Quebec, 2001b. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração Ministerial da Sétima Reunião dos Ministros de Comércio do Hemisfério.** Quito. 2002. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração Ministerial da Oitava Reunião dos Ministros de Comércio.** Miami. 2003. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Declaração de Mar del Plata, Quarta Cúpula das Américas**. Mar del Plata, 2005. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: ago. de 2021.

ALCA. **Antecedentes del Proceso del ALCA**. Disponível em: www.ftaa-alca.org/View_s.asp. Acesso em: jul. de 2021.

AMORIM, Celso. Casa: origens da Unasul. p. 123-139. In: AMORIM, Celso. **Breves Narrativas Diplomáticas**. S.L: Benvirá, 2013.

ASC. **Alianza Social Continental**. Disponível em: www.asc-hsa.org/. Acesso em: jun. de 2021.

BARLOW, Maude. A ALCA e a ameaça aos programas sociais, à sustentabilidade ambiental e à justiça social nas Américas. p. 11 -54. in: SADER, Emir (org.). **ALCA: integração soberana ou subordinada?** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

BBC Brasil. **Reunião da ALCA é adiada pela segunda vez**. 2004. Disponível em www.bbc.com/portuguese/economia/story/2004/04/040402_alcarg. Acesso em: jul. de 2021.

BERRÓN, Gonzalo. **Identidades e estratégias sociais na arena transnacional: o caso do movimento social contra o livre comércio nas américas**. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2007.

BRASIL, Agência. **Plebiscito revela que maioria dos eleitores é contra a Alca**. 2002. Elaborado pela Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/587756. Acesso em: jun. de 2021.

CASTELAN, Daniel Ricardo. **Liberalização comercial e coalizões políticas: o caso do Brasil**. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Declaración Final de la III Cumbre de los Pueblos de América. **Osal: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 18, p. 336-340, 2005. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110323111314/37IIICPA.pdf. Acesso em: ago. de 2021.

COX, Robert W.. Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. SAGE Publications.

COX, Robert W.. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Gramsci, Historical Materialism And International Relations**, [S.L.], p. 49-66, 26 fev. 1993. Cambridge University Press.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; HAMDAN, Karima Omar. Os novos movimentos sociais: uma análise crítica em torno desta temática. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, Londrina, Pr. **Proceeding**, p. 1-8. Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina, 2015.

CSA, Confederación Sindical de Los Trabajadores/As de Las Américas. **La CSA: quiénes somos**. Disponível em: csa-csi.org/quienes-somos/. Acesso em: jun. 2021.

CUT, Central Única dos Trabalhadores do Brasil. **As Centrais Sindicais Brasileiras: história, concepções e formas de atuação**. Abr. de 2008. Disponível em: www.cut.org.br/artigos/as-centrais-sindicais-brasileiras-historia-concepcoes-e-formas-de-6d93. Acesso em: jun. 2021.

FERREIRA, Mariana D.. **Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP): perspectivas e desafios do ciclo do regionalismo pós-liberal na América Latina**. 2013. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, João Pessoa, 2013.

JESUS, Flávio Franco Santana de. **Hegemonia e contra-hegemonia na inserção internacional do Brasil no governo Lula (2003-2010): uma análise com base nas agendas da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)**. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador, 2016.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**, Oxford, v. 159, p. 89-101, mar. 1999.

MELLO, Fátima. Mesa 5 - Participação social nos cenários da integração: uma tarefa pendente. 1 vídeo (16 min:30s). In: REBRIP; EQUIT, Instituto; CUT. **A Integração Regional frente à crise global**, Rio de Janeiro, 22 e 23 de nov. de 2013. [Seminário]. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=fgT4MZu9SUE. Acesso em: maio de 2021.

MIRANDA, Bruno. A atuação dos trabalhadores nos processos decisórios do MERCOSUL e da ALCA: quais são as alternativas de integração? **Revista em Debate**. p. 1-21. Florianópolis, 2006.

NEVES, Maíra Junqueira. **A participação internacional das Organizações Não Governamentais por meios de Redes Sociais: a rede brasileira pela integração dos povos**. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, São Paulo, 2007.

REBRIP. **Boletim REBRIP nº 1**. 2005a. Disponível em: www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/960bfdced08ec785d252bb54013160fb/file/boletim-20maio-20final.pdf. Acesso em: jul. de 2021.

REBRIP. **Boletim REBRIP nº 2.** 2005b. Disponível em: www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/e3272552a08e983437d1beac2aad1b93/file/boletim-20junho-20final.pdf. Acesso em: jul. de 2021.

REBRIP. **Boletim REBRIP nº 3.** 2005c. Disponível em: www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/3a3234c964c9735767131631928925f5/file/boletim-20julho-20final.pdf. Acesso em: jul. de 2021.

REBRIP. **Boletim REBRIP nº 4.** 2005d. Disponível em: www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/749e1a0cd346443ca24d4c66352f9c78/file/boletim-20agosto-20final.pdf. Acesso em: jul. de 2021.

REBRIP. **Boletim REBRIP nº 6.** 2005e. Disponível em: www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/3fe3b43e82246fe636f1dc1f8ac1b6b2/file/boletim-20outubro-20novembro-20final.pdf. Acesso em: jul. de 2021.

REBRIP. **Boletim REBRIP nº 8.** 2006. Disponível em: www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/1f556c5bb0faf4e58426bcd17e293473/file/boletim-20rebrip-20-202006-01.pdf. Acesso em: jul. de 2021.

REBRIP. **Institucional.** Disponível em: www.rebrip.org.br. Acesso em: maio de 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. "**Ganhamos a batalha, mas não a guerra**": a visão da campanha nacional contra a alca sobre a não-assinatura do acordo. 2008. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo. Plano Collor inaugura "Consenso de Washington". p. 200-221. In: SOUZA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

UOL. **Dez milhões de pessoas rejeitam a Alca em plebiscito.** 2002. Disponível em: noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/09/17/ult27u26102.jhtm. Acesso em: jun. de 2021.

VADELL, Javier Alberto; CARVALHO, Pedro Henrique Neves de. Neoliberalismo na América do Sul: a reinvenção por meio do Estado. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 75-111, jun. 2014.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo. A Alca e a política externa brasileira. **Centro de Estudos de Cultura Contemporânea: Cadernos CEDEC**, São Paulo, v. 74, p. 5-39, ago. 2005.

VIGNA, Edécio. A estrutura de oportunidade política e cultural: a criação da Rede Brasileira de Integração dos Povos (REBRIP). p. 150-194. In: NEGRI, Camilo; RIBEIRO, Elisa de Sousa (org.).

Retratos Sul-americanos: perspectivas brasileiras sobre história e política externa. Vol. 4. Brasília: Bookess, 2016.

VON BÜLOW, Marisa. Sociedade civil e negociações comerciais: a construção de um novo campo de ação nas américas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 86, p. 25-51, 1 set. 2009.

ANEXO 1

Relação entre as principais agendas oficiais de negociação da ALCA e as principais agendas envolvendo a criação da REBRIP e atividades da mobilização contra-hegemônica transnacional no continente Americano.

Ano	ALCA	Movimentos sociais (REBRIP)
1994	- dezembro: I Cúpula das Américas	
1995	- junho: I Reunião Ministerial	
1996	- março: II Reunião Ministerial	
1997	- maio: III Reunião Ministerial	- maio: III Fórum Sindical "Nossa América" (lançamento ASC)
1998	- março: IV Reunião Ministerial; - abril: II Cúpula das Américas; - outubro: primeira reunião do Comitê de Representantes Governamentais sobre a participação da Sociedade Civil	- I Cúpula dos Povos; - dezembro: Conferência Democracia, Participação e Dimensão Social nos acordos de Integração (lançamento da REBRIP)
1999	- novembro: V Reunião Ministerial	- maio: formalização da ASC; - dezembro: "Batalha de Seattle"
2000		- Fórum Continental ALCA: Atores Sociais e Políticos nos processos de Integração (fórum organizado pela REBRIP)

2001	- abril: VI Reunião Ministerial; - abril: III Cúpula das Américas	- abril: II Cúpula dos Povos (palavra de ordem “Não à ALCA”); - setembro: I Assembleia Geral da REBRIP (formalização da Rede)
2002	- novembro: VII Reunião Ministerial	- janeiro: consulta continental sobre a ALCA; - setembro: plebiscito no Brasil sobre adesão à ALCA
2003	- novembro: VIII Reunião Ministerial	
2004	- janeiro: Cúpula Extraordinária	
2005	- novembro: IV Cúpula das Américas (suspensão das negociações)	- novembro: III Cúpula dos Povos (busca por alternativas)

Fonte: elaborado pela autora com base na bibliografia utilizada.